



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE FEVEREIRO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 47 e 48/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 487, 489, 492 a 494 e 496 a 501/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 630, 632 e 634 a 642/XVI/1.<sup>a</sup>, e da retirada do Projeto de Lei n.º 65/XVI/1.<sup>a</sup>.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 4/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Partidarização do SNS e degradação do acesso à saúde, intervieram a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) e a Ministra da Saúde (Ana Paula Martins).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras, os Deputados [Sofia Andrade](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula](#)

[Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Jamila Madeira](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Alberto Machado](#) (PSD), [Rui Cristina](#) (CH), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) e [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS) e [Joana Cordeiro](#) (IL).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE) e a Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo).

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 495 e 502 a 507/XVI/1.<sup>a</sup>.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 47 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde.

As autoridades podem abrir as portas das galerias, se fazem favor, para que o público possa assistir aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 1 minuto.*

*Pausa.*

Cumprimento o Sr. Ministro, a Sr.<sup>a</sup> Ministra e a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, para fazer a leitura do expediente que tem.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas.

Refiro, em primeiro lugar, as Propostas de Lei n.ºs [47/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) e [48/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV).

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [487/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP), [489/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH), [492/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [493/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE), [494/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE), [496/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [497/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [498/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [499/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD), [500/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) e [501/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [630/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP), [632/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH), [634/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN), [635/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS), [636/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [637/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [638/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL), [639/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH), [640/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH), [641/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) e [642/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS).

Informa-se igualmente a Câmara de que o Projeto de Lei n.º [65/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) foi retirado.

O Sr. **Presidente**: — Pedia, então, aos Srs. Deputados que estão em pé e a chegar o favor de se sentarem, quem está em pé, porque já estamos em condições de começar com a nossa ordem do dia, que consiste no debate da Interpelação ao Governo n.º [4/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Partidarização do SNS e degradação do acesso à saúde.

Eu queria dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua para intervir, mas queria que os Srs. Deputados que estão em pé fizessem o favor de sentar, por respeito a todos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que nem olham!

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem.

*Pausa.*

Muito bem.

Então, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que tem 10 minutos para a intervenção inicial.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado: O Hospital de Amadora/Sintra está em pré-rutura. São 700 000 pessoas em risco de não conseguirem aceder aos cuidados de saúde de que precisam, quando precisam e com a qualidade de que precisam e que merecem.

O número de urgências encerradas aumentou em todo o território, e o número de utentes sem médico de família também não para de aumentar.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, o que hoje mantém o SNS (Serviço Nacional de Saúde) a funcionar como um serviço de referência de qualidade é a dedicação teimosa de milhares de profissionais que não desistem deste projeto de democracia, apesar do descaso do PS e dos ataques da direita.

*Aplausos do BE.*

Dirijo-me, desde já, ao Partido Socialista.

Ao PS, que achava que os excedentes orçamentais eram mais importantes que os investimentos estruturais no SNS; ao PS, que recusou um regime de exclusividade, que recusou rever as carreiras dos profissionais de saúde; ao PS, que recusou enfrentar o poder da Ordem dos Médicos; ao PS, que recusou a aposta nos cuidados de saúde primários e na autonomia das unidades de saúde; ao PS, que recusou ouvir os avisos de António Arnaut e de João Semedo, é preciso dizer: falharam, falharam, e não foi por falta de aviso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Quando...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa por interromper, mas pedia aos Srs. Deputados que estão em pé, a conversar, que fizessem o favor de se sentar e ouvir, até para depois poderem questionar também.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É irem para o café! Tem pouco interesse, também!

O Sr. **Presidente**: — E eu aqui não ouço, portanto, admito que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também não consiga fazer a sua intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também vem dar a missa!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quando a direita chegou ao poder, encontrou no Ministério da Saúde as plantas de um sistema composto por centros de saúde privados, que já estavam prontos no papel — as USF (unidades de saúde familiar) tipo C —, por convenções com negócios de saúde e pela total dependência de tarefeiros, que são pagos principescamente, através de empresas constituídas para o efeito.

Na campanha eleitoral, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Luís Montenegro elegeu a saúde como prioridade das prioridades.

Em janeiro de 2024, estava a prometer um plano de emergência para o SNS. E dizia então o agora Primeiro-Ministro: «Até 2025, queremos acabar com as listas de espera que excedem o tempo máximo garantido e dar um médico de família a todos os utentes.»

Estamos em 2025. Um milhão e meio de utentes continua sem médico de família.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — É dia 6 de fevereiro! Estamos a 6 de fevereiro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A suposta redução das listas de espera não passa de um truque contabilístico, e nada do que o Governo apresenta fortalece estruturalmente a capacidade de resposta do SNS. Nada!

Encerram 17 urgências num fim de semana — criam-se centros de atendimento clínico no privado, pagos com dinheiro público, como é o caso do Hospital da Prelada.

Há mais utentes sem médico de família — anunciam-se 20 centros de saúde privados, além de contratações à PPP (parceria público-privada) de Cascais.

O acesso ao SNS é mais difícil — o Governo faz aprovar um benefício fiscal para seguradoras privadas.

Srs. Deputados, não notam aqui um padrão? Não há um padrão nas respostas que o Governo encontra para a saúde?

Sempre que o Primeiro-Ministro ou a Ministra da Saúde dizem que não têm uma visão ideológica no SNS, é mesmo para passar recursos do SNS para o privado. E isso, Srs. Deputados, eu lamento informar, é uma visão ideológica do SNS, a vossa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É a visão, por exemplo, do novo CEO (*chief executive officer*) do SNS, Álvaro Santos Almeida, ex-Deputado do PSD, que chegou a ser presidente — vejam bem, Srs. Deputados — do grupo de trabalho para o turismo de saúde que foi criado num anterior Governo do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Ah, que medo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sempre a apontar o dedo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É um colaborador regular do nada ideológico Instituto Mais Liberdade, da Iniciativa Liberal.

**Vozes da IL:** — Ai, que horror!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sempre a apontar o dedo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É uma posição também não só ideológica, mas prática, empírica, diria, das pessoas que o Governo elege para dirigirem o SNS.

*Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não aprenderam nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Antes de ser CEO da saúde, Gandra d'Almeida fazia vida do modelo de degradação do SNS, que permite pagar fortunas a tarefeiros e prestadores de serviços.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — E por culpa de quem?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o que dizer, Srs. Deputados, de Eurico Castro Alves, amigo de longa data do PSD? Enquanto elaborava e apresentava o plano de emergência do SNS, o Dr. Castro Alves preparava o lançamento de uma seguradora privada, geria uma participação acionista num hospital privado da Lapa, geria, pelo menos, uma empresa de consultoria privada em saúde e medicamentos, e ainda arranjava tempo para pertencer aos órgãos sociais da Misericórdia do Porto, que, por coincidência, gere o Hospital da Prelada, que, por coincidência, recebeu 65 milhões do Estado, ao abrigo de um modelo inventado por Castro Alves.

Santos Almeida, Gandra d'Almeida e Castro Alves são a ponta do icebergue de uma teia partidária que o PSD instalou no SNS.

Vejam as nomeações para as administrações hospitalares que a Ministra de Saúde escolheu substituir.

ULS (Unidade Local de Saúde) da Guarda: uma militante do PSD, que tinha sido antes diretora na Câmara Municipal da Guarda e depois chefe de divisão na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, ambas do PSD.

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Isso é cadastro?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ULS de Leiria: um Deputado municipal do PSD, duas ex-vereadoras que tinham no currículo a gestão da Águas do Centro Litoral e o secretariado técnico do Programa Operacional Regional do Centro.

*Protestos de Deputados do PSD.*

ULS do Algarve: um Deputado municipal do PSD, este, sim, com experiência na saúde, mas num grupo privado de saúde.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Srs. Deputados, é, sim, um caso óbvio de partidarização de uma área do Estado, mas é muito mais que isso.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — E as grávidas?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O SNS não melhorou nestes 10 meses de governação, e não vai melhorar, por uma razão muito simples: é que não é esse o objetivo.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

A degradação da resposta do SNS é uma condição para fortalecer o mercado de saúde em Portugal. E quando nos dizem — porque vão dizer — que tanto faz se é público ou privado,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... respondemos o óbvio: perguntem aos cidadãos dos Estados Unidos da América que se deslocam a Portugal para aceder aos serviços públicos de saúde em Portugal se tanto faz ser público ou privado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E vocês querem que nós paguemos, já agora!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Srs. Deputados, liberdade não é poder escolher o hospital, como se escolhe um hotel, para, no fim, acabar a dormir na rua, porque não se tem dinheiro para nenhum hotel nem nenhum hospital.

*Protestos da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que é liberdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Liberdade, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, é ter a certeza de que há cuidados de saúde de qualidade,...

*Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.*

... de que esses cuidados de saúde são iguais para todos, independentemente do bairro em que nascemos, da família de onde vimos, da escolaridade que temos, do sucesso que tivemos na vida, do dinheiro que temos.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Isso é liberdade. É poder ir a Leiria, a Castelo Branco, a Beja, a Serpa e ter os mesmos cuidados de saúde, independentemente de quem formos.

Isso quer dizer que é preciso investir, que é preciso contratar, que é preciso modernizar o serviço público...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe por interromper mais uma vez, mas eu pedia a todos os Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem e de permitirem condições para a audição da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falta de respeito do PSD! Isto começou às 15 horas!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É uma vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Isso quer dizer que é preciso investir, contratar, modernizar o serviço público? Sim, quer dizer isso.

Quer dizer que é preciso criar boas carreiras, regimes atrativos de exclusividade, mais respostas na formação de profissionais de saúde? Sim, quer dizer isso.

É isto um projeto ideológico? Sim, é um projeto ideológico. Chama-se SNS, e vale a pena lutar por ele.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde para também fazer a sua intervenção, sendo que dispõe de 10 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde** (Ana Paula Martins): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado: Gostava de cumprimentar todos e todas, e, tendo em conta a intervenção que acabámos de ouvir da Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou procurar, de forma muito direta, muito explícita e muito sintética também, aproveitar o tempo para endereçar, pelo menos, a maior parte das questões que levantou, porque esse é o meu dever.

Vou começar pelo Hospital de Amadora/Sintra. Estamos de acordo, a capacidade de resposta do Hospital de Amadora/Sintra tem de ser restabelecida. Deixe-me recordar-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que o Hospital de Amadora/Sintra já funcionou bem. Era um hospital organizado — hoje cresceu muito em termos de população, é verdade —, que tinha urgências que nunca fechavam, que não tinha listas de espera.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quando era PPP!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Era um hospital que foi construído para dar resposta numa zona que, já na altura, era uma zona problemática e carenciada, de gente com muita vulnerabilidade e fragilidade, e funcionava bem. Infelizmente, hoje não temos essa situação.

Eu estou muito de acordo com a Sr.<sup>a</sup> Deputada. Temos um hospital que se degradou, temos urgências que têm macas ao longo dos corredores — já deve ter visitado, como eu visito muitas vezes —, à espera de internamento, e, nos últimos tempos, desde que chegámos, acrescenta-se a todo este problema o facto de termos ficado sem um serviço de cirurgia, que era, apesar de tudo, e ainda, um dos melhores de Lisboa e Vale do Tejo, se não o melhor de Lisboa e Vale do Tejo.

Naturalmente que isso nos preocupou, e não foi nem uma vez nem duas que falámos com o Conselho de Administração — que não foi nomeado por nós, mas em quem nós, naturalmente, depositávamos confiança,...

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Que sorte!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... pois tinha sido já identificado pelo Governo anterior — e a atual gestão, dando-lhes, de facto, todas as possibilidades para tentar recuperar esta situação. Ainda ontem reuni com a administração e amanhã vou reunir com os internos da especialidade de cirurgia, porque nos dirigiram uma carta que é muitíssimo preocupante, e também com a Ordem dos Médicos, que, como sabem, retirou a capacidade formativa, muito recentemente, ao Hospital de Amadora/Sintra.

Portanto, o que posso dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada, aos Srs. Deputados e às pessoas que nos ouvem lá em casa é que o Governo tem o compromisso de, muito rapidamente, resolver o problema do Hospital de Amadora/Sintra, que, deixe-me dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, só para terminar esta parte, não passa exclusivamente pela mudança da administração. Há outros fatores, e o fator principal é restabelecer a

capacidade cirúrgica e voltarmos a ter naquele hospital uma equipa de cirurgia que consiga responder às necessidades.

Deixe-me agora ir muito rapidamente, se me permite, à questão que levanta sobre Álvaro Santos Almeida, o novo Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde. Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, com todo o respeito que me merece, só por má-fé...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... é que poderiam os Srs. Deputados acreditar, sequer, ou levantar essa questão, que, pelo facto de ter havido uma partilha de caminhos profissionais e académicos entre pessoas, isso implica convívências impróprias e ganhos ilícitos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É que não há nada mais errado em democracia do que a difamação sem comprovativos,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... que desqualifica o debate sério e não se foca no essencial: o problema das pessoas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, deem mais liberdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Eu pergunto: faria, Srs. Deputados, algum sentido excluir de ser diretor executivo um dos nossos melhores ativos em Portugal na área da gestão da saúde, com pensamento próprio,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O problema é o pensamento!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... com visão estratégica, com provas dadas,...

*Protestos do BE e contraprotestos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

... só porque participa em iniciativas da Iniciativa Liberal?

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e da Deputada da IL Mariana Leitão.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Disse o mesmo sobre Gandra d'Almeida!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Desconhecem os Srs. Deputados e a Sr.<sup>a</sup> Deputada, porventura, que o Prof. Álvaro Santos Almeida orientou mais de 60 doutoramentos e mestrados?

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Deixem de apontar o dedo! É só ódio!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — E isso, Srs. Deputados, na academia, tem regras, não é por nomeação,...

*Aplausos do PSD.*

... e só certifica a sua qualidade e atesta a sua competência, o que nos deve dar, a todos, e a si também, garantias de esperança de um bom trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Muito bem!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — E desconhece, porventura, que Álvaro Santos Almeida iniciou o seu trajeto a convite do ministro socialista Prof. Correia de Campos? Eu creio que não o desconhece, e bem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Acabar com o SNS, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos acabar é com os despedimentos ilícitos!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Todos reconhecemos que há um problema de gestão e modernização do SNS. Passa por mais autonomia, estamos de acordo, num quadro normativo adaptado à gestão das EPE (entidades públicas empresariais), que hoje são ULS na saúde. Curioso, muito curioso: sempre que há um problema num hospital, pedem a demissão do ministro que está de serviço, mas nunca colocam em causa a boa ou a má gestão da respetiva unidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, então, se eu — hoje sou eu ministra, amanhã será outra pessoa —...

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Pois claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... tenho de fazer escalas de urgência, pergunto, se um avião da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) cancelar a viagem,...

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

... se também há de ser culpa do ministro da tutela.

*Aplausos do PSD.*

E quero dizer-lhe mais outra coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada: se nós quiséssemos dismantelar o SNS, não estávamos a investir uma grande parte do dinheiro da reprogramação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) na saúde — 350 milhões de euros —...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... para modernizar o parque tecnológico, com robôs, PET (*positron emission tomography*).

*Aplausos do PSD.*

Sabe a Sr.<sup>a</sup> Deputada que não há uma PET para doentes oncológicos a sul do País, em Lisboa e Vale do Tejo, e que os doentes têm de o ir, já hoje, fazer à privada ou ao Norte?

*Protestos do BE e contraprotostos de Deputados do PSD.*

Pois bem, é isso que nós vamos fazer. É isso que nós vamos fazer!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*



*Protestos do BE e do PCP.*

E digo-lhe mais outra coisa, sobre a construção de novos hospitais. Quantos novos hospitais é que foram construídos nos últimos oito anos?

**Vozes do PSD:** — Zero!

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Pois bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós já tirámos do papel Todos os Santos — já está em construção, vá lá ver —, nós vamos tirar Algarve, nós vamos tirar Oeste, nós vamos tirar Barcelos/Esposende — é verdade! — do papel — do papel, pois.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

E sabe uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Eu ando na rua. Vão à urgência do hospital de Elvas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma vergonha! Vão lá ver, vão!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — ... vão à urgência do Hospital de Santa Maria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oito horas de espera!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Para quem tem tanta preocupação que as pessoas não sejam tratadas em função do código postal, temos muito ainda para caminhar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

E, se quiséssemos privatizar o SNS, Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque haveríamos nós de estar agora a investir na valorização salarial dos seus recursos humanos?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Porquê, se quiséssemos privatizar e entregar tudo ao privado?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão satisfeitos, os trabalhadores!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, temos uma visão para o SNS que é diferente,...

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

... porque os senhores preferem deixar as pessoas em listas de espera, e nós recusamos terminantemente que as pessoas fiquem em listas de espera.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nós, Srs. Deputados, usamos toda — toda! — a capacidade instalada do SNS, até à sua última cama, até ao seu último recurso, para responder aos portugueses, mas não aceitamos, não aceitaremos, sentar-nos em cima de listas de espera e deixar as pessoas entregues à sua sorte por não quisermos fazer acordos com o setor social ou com o setor privado, onde estão profissionais de saúde altamente qualificados e tecnologia altamente desenvolvida.

*Continuação de aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Risos e protestos do PS, do BE e do PCP.*

E, já agora, para acabar, no minuto que me resta, partidização do SNS, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Um minuto apenas, não vou gastar mais, Sr. Presidente.

*Protestos de Deputados do PS.*

Este Governo mudou 10 conselhos de administração das 42 ULS/IPO (Unidades Locais de Saúde/Instituto Português de Oncologia), repito, 10 em 42 — três terminaram o mandato: Covilhã, Guarda e Castelo Branco; duas mudanças por demissão e alteração do conselho de administração: Viseu e Lisboa Ocidental; cinco por necessidade, sim, assumidamente, de implementar novas orientações de gestão: Algarve, Alto Alentejo, Santarém, Leiria e Viana.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Já agora, deixe-me só dizer-lhe, e estou mesmo a terminar: o Governo anterior mudou — mas já lá vou, na próxima ronda — 21 ULS quando entrou, e depois dir-lhe-ei quem é que está à frente do IPO de Lisboa, da ULS do Arco Ribeirinho, da ULS de Barcelos/Esposende,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso, é!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... da ULS de São José e da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Depois disto, alguém precisa de ir para o SNS. Que tarefa!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos um pedido de esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua e, depois, temos 11 pedidos de esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Também aproveito este pequeno intervalozinho só para avisar que depois, no Salão Nobre, os Srs. Deputados podem, durante a sessão, ou depois da sessão, assinar os termos de posse dos grupos de amizade. Têm lá a bandeirinha, e assinam o termo de posse daquele que é o seu respetivo grupo de amizade.

Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista. Volto a pedir aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, para podermos ter condições para ouvir o pedido de esclarecimento.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Andrade, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, o Bloco de Esquerda traz hoje a debate a degradação do acesso à saúde, o que espelha as dificuldades que o SNS enfrenta.

Sobre essas dificuldades, quero-lhe dizer o seguinte: o Partido Socialista não nega que o SNS tem dificuldades, e que tinha dificuldades,...

**Vozes do PSD:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Andrade** (PS): — ... os Srs. Deputados nunca nos ouviram negar essa realidade. Aliás, por isso mesmo, o Partido Socialista nunca abandonou o SNS e nunca abandonou o investimento no SNS, e fizemos reformas estruturais, coisa diferente daquela que tem vindo a ser feita por este Governo, que está mais interessado em financiar o setor privado.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Onde?!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Andrade** (PS): — E esta opção do Governo da AD (Aliança Democrática) não se esgota nas más decisões tomadas em matéria de financiamento, é uma escolha que também se reflete na gestão de todo o setor da saúde.

Senão, vejamos: a Direção Executiva do SNS era gerida por Fernando Araújo, um profissional amplamente reconhecido por todo o setor. Com este Governo da AD, que forçou a saída de Fernando Araújo, já vimos a direção do SNS entregue a Gandra d'Almeida e, agora, a Álvaro Almeida.

No INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), o Governo da AD forçou também a saída de Luís Meira. Entretanto, já tivemos um quase presidente, Vítor Almeida, cuja indicação não durou nem uma semana, e agora temos Sérgio Dias Janeiro.

No plano de emergência, tivemos inicialmente como coordenador Eurico Castro Alves. Entretanto, surgiu um coordenador do grupo de trabalho que acompanha a implementação deste plano, Carlos Robalo Cordeiro, e mais recentemente surgiu — vá-se lá saber porquê, mas apenas por despacho interno do Ministério — um novo coordenador do plano de emergência, Pedro Melo Lopes.

Ora, é impossível haver um melhor acesso a cuidados de saúde, haver um planeamento do trabalho, haver um planeamento de ações quando não há estabilidade, e por exclusiva responsabilidade da tutela, por exclusiva responsabilidade do Ministério da Saúde.

Nós temos um Governo que não pensa no superior interesse dos utentes, mas antes nos superiores interesses do partido. Este Governo não sabe o que fazer com o SNS, não sabe como cuidar do SNS, e, por isso, o plano de emergência tem falhado, e continuará a falhar, e, por isso, também, o acesso aos cuidados de saúde continua comprometido.

Pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada: face a este trabalho deste Governo, que expectativas é que tem V. Ex.<sup>a</sup> de que os cuidados e o acesso aos cuidados de saúde melhorem? É que, da nossa parte, não temos nenhuma.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem 2 minutos para responder. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, estamos de acordo sobre a «dança das cadeiras» e o que ela significa.

Mas há uma injustiça que não pode ser cometida: a maior parte dos problemas estruturais que o SNS enfrenta vem de trás e é da responsabilidade dos Governos anteriores, dos Governos de maioria absoluta...

**Vozes do PSD, da IL e do CDS-PP:** — Da geringonça!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ainda bem que está a assumir, por uma vez na vida!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Ouçam, ouçam!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Como dizia, dos Governos de maioria absoluta, mas também...

*Risos do PSD.*

**Vozes do PSD, da IL e do CDS-PP:** — E da geringonça também!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Dos Governos de maioria...

*Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

*A oradora sentou-se.*

**Vozes do CH e do CDS-PP:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Está sensível hoje?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu aguardo!

*Protestos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada limitou-se a sentar.

**Vozes do CH:** — E o tempo parou!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E acabou a intervenção, então!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sentou, acabou a intervenção!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não mandas aqui, nem no Bloco mandas!

O Sr. **Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada limitou-se a sentar, portanto, não podem fazer nenhuma observação em relação a isso. A Sr.<sup>a</sup> Deputada limitou-se a sentar.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, os apartes que estavam a ser feitos, neste momento, no entender da Mesa, não eram suficientemente perturbadores. Por isso, peço-lhe o favor de continuar.

Faça favor.

*Continuação de protestos.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de ter condições para continuar a responder. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Como dizia, são da responsabilidade dos Governos de maioria absoluta, e até antes disso, do Governo PS quando estava em maioria relativa, aqui, com o apoio parlamentar.

**Vozes da IL e do CDS-PP:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Aliás, é por causa disso que dizemos, com muita propriedade, que o Partido Socialista recusou todas, todas, todas as propostas que foram feitas...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas continuou a votar os Orçamentos todos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e que, aliás, levaram ao chumbo do Orçamento do Partido Socialista pelo Bloco de Esquerda, como é bem conhecido desta Câmara.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E as PPP?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Unidades de saúde familiar tipo C, ou seja, centros de saúde privados, foram uma invenção do Partido Socialista, que o Partido Socialista manteve. Convenções com o privado foram uma invenção — não foram uma invenção, mas foram um mecanismo — que o Partido Socialista manteve.

Muitas das soluções que o Partido Socialista agora defende foram soluções que o Partido Socialista no passado recusou, e recusou com propostas feitas pelo Bloco de Esquerda.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, acho que não podemos esperar muito melhor do SNS e não acho que o PSD não saiba o que está a fazer; acho que sabe perfeitamente o que está a fazer. O que é tristemente irónico é que o esteja a fazer como uma parte dos instrumentos que foram criados pelo Partido Socialista.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Temos agora 11 pedidos de esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Ministra. A indicação que tenho é que vamos dividir em grupos de três.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, agradeço os esclarecimentos que aqui prestou, mas também aqueles que não prestou e que tenho a certeza de que vai prestar mais à frente.

O problema de Álvaro Santos Almeida como CEO da saúde é só um, e é a nossa diferença ideológica com o novo CEO da saúde: é que defende um sistema de saúde privado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é falso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a questão que colocamos é porque é que alguém que defende soluções que privatizam o SNS está a gerir as respostas do SNS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que é diferente, aliás, da outra crítica que fazemos — e noto que a Sr.<sup>a</sup> Ministra só respondeu a uma, não respondeu à segunda —, que foi a de a pessoa escolhida para fazer o plano de emergência do SNS ter sido Eurico Castro Alves.

Gostaria que me respondesse diretamente àquilo que perguntei, e que foi o seguinte. Enquanto estava a preparar um plano de emergência, Eurico Castro Alves estava também a preparar o lançamento de uma seguradora privada; era, ao mesmo tempo, acionista de um hospital privado e de uma empresa de consultoria privada; e era membro dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia, a quem entregou 65 milhões para o Hospital da Prelada. E pergunto-lhe se esta é a pessoa que quer para desenhar um plano de emergência do SNS, que está ao mesmo tempo — ao mesmo tempo! — a ganhar e com interesses económicos na saúde privada em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Qual é o problema?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é acusado de falsificação de documentos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não me respondeu a isso, tal como não respondeu sobre as listas de espera e a manipulação dos dados das listas de espera, para depois poder dizer que as listas de espera reduziram, quando, na verdade, o que se alterou foi a forma de registar as pessoas em espera por cirurgia.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, «o número para o qual ligou não se encontra atribuído». É esta a mensagem que aparece quando se liga para o número que foi divulgado pelo Governo para a futura linha de prevenção do suicídio.

A primeira pergunta que temos a fazer é: porque é que o Governo divulgou o número da linha sem a linha estar a funcionar? Compreendemos a vontade do Governo de anunciar, de fazer anúncios e de mostrar que está a trabalhar, mas parece-nos que esta é uma decisão irresponsável. Coloca pessoas que estão em risco na situação de tentarem contactar a linha e não obterem qualquer resposta do outro lado.

Por falar em anúncios, em setembro do ano passado, o Governo tinha anunciado que a linha iria começar a funcionar no final de janeiro e, no início de janeiro, já falava no 1.º trimestre de 2025. Por isso, gostaria também de perguntar o que é que justifica o atraso e quando é que estará esta linha a funcionar.

Como a Sr.<sup>a</sup> Ministra e a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado sabem, este é um tema importante para o Livre, e é um tema também importante para o Governo. Nós temos lutado e apresentámos propostas para conseguir a concretização desta linha e ficámos satisfeitos quando o Governo anunciou que iria concretizá-la. Mas não podemos deixar de criticar que se apresente o número e que se divulgue o número publicamente quando a linha não está a funcionar, porque isto põe em risco pessoas que estão numa situação de debilidade da sua saúde mental, e devemos ter como prioridade do SNS o acesso a cuidados de saúde mental.

Portanto, gostaríamos de ter esclarecimentos sobre este tema.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para outro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, queria questionar V. Ex.<sup>a</sup> sobre duas áreas que, do nosso ponto de vista, são muito relevantes e nem sempre têm a atenção devida quanto aos cuidados de saúde dos portugueses: os cuidados paliativos e os cuidados continuados.

Relativamente aos cuidados paliativos, queria questionar sobre a questão da própria definição da política. O atual plano estratégico terminava a sua vigência a 31 de dezembro do ano passado. Era suposto, até ao fim do ano passado, ter sido aprovado um novo plano.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a questão não é meramente burocrática. É que nós continuamos, infelizmente, em Portugal, a ter mais de 70 % dos doentes que careciam de cuidados paliativos a morrer sem terem tido acesso a esses cuidados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, a questão não é aprovar um plano por aprovar um plano; é aprovar um plano que altere a resposta, que altere a estratégia, que altere a política para que mais portugueses — muito mais portugueses, eu diria — possam ter acesso a cuidados paliativos e não morram sem ter esse acesso.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, a pergunta é clara: para quando a aprovação do novo plano e com que respostas para inverter esta situação?

Depois, sobre os cuidados continuados, quanto à questão do financiamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Governo do Partido Socialista falhou o cumprimento de várias promessas que fez relativamente a este financiamento. O valor pago às entidades que asseguram estes cuidados esteve congelado durante oito anos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mais tarde, o Primeiro-Ministro António Costa propôs uma atualização do valor de 7,8 %. Acontece que só a concretizou em 2,4 %.

Com o aumento de todos os custos que têm as instituições que prestam este tipo de cuidados, com o aumento do salário mínimo, que tem um peso muito grande nos custos destas entidades, é preciso saber-se, Sr.<sup>a</sup> Ministra, para quando e em que medida haverá um aumento do valor pago a estas entidades, para que possam prestar e continuar a prestar os cuidados a tantos cidadãos portugueses que deles carecem.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de perguntas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, começando, também, da maneira mais sintética possível, sobre a pergunta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me fez diretamente e a que não respondi num primeiro momento, o Dr. Eurico Castro Alves foi convidado para desenvolver, juntamente com um grupo muito extenso de pessoas, o Plano de Emergência e Transformação na Saúde.

Quando se refere aos potenciais conflitos de interesse, deixe-me ir um bocadinho mais atrás. Vamos falar da Prelada, que foi uma das áreas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui trouxe. E não foi só a Sr.<sup>a</sup> Deputada; já houve uma referência à tendência que este Governo tem, na saúde, de entregar as coisas aos privados.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Não é só na saúde!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Então, deixe-me começar pela Prelada, e já vamos a outras matérias. Os acordos entre o SNS e o Hospital da Prelada existem, vejam bem, desde 1988 — 1988!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! E bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — O montante, originalmente, foi de 35 milhões de euros no total, só para os anos de 2023 e 2024.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E então?

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — O atual Governo, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2024, de 21 de agosto, reprogramou os valores passíveis deste acordo para ser no total de 65 milhões de euros, estendendo por mais um ano este acordo.

Foi com o Governo anterior, e nós concordamos — eu estou a dizer isto porque nós concordamos —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... que começou a aprovação da realização de acordos entre a ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde) e o Hospital da Prelada. Não fomos nós, mas concordamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Claro! Todos!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem faz os acordos não é nem a Ministra, nem os Secretários de Estado, nem o Sr. Primeiro-Ministro;...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... é a ACSS, que é uma entidade independente, que cumpre os preceitos da Administração Pública, que cumpre as regras do Tribunal de Contas, que cumpre as regras da UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial), da UTAP (Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos) e do Ministério das Finanças.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Tem de ir a Conselho de Ministros!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Portanto, é tudo rastreável, é tudo passado a pente fino.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa: a única diferença neste acordo, de facto, é verdade, é aquilo a que chamamos uma nova linha assistencial, que tem que ver exatamente com o centro de atendimento clínico, que tem o valor máximo — e eu vou ser mais rápida ainda — de 3 milhões de euros para 2025, que só para os doentes que forem atendidos é que são pagos.

E posso, noutra ronda, se tiver oportunidade, dizer-lhe qual é a diferença entre o preço público comparado e o que nós estamos a pagar à Prelada, porque há uma lei que ainda está em vigor e que diz que, para se poderem comprar serviços, ao social ou ao privado, tem de se ter uma avaliação de custo-benefício.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — E tem de ter pelo menos 15 % a menos naquele que é o preço público comparado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora para um segundo conjunto de pedidos de esclarecimento.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, concordamos: discutir saúde é, de facto, um tema muito sério e, por isso, devemos dedicar todos os nossos esforços a esse debate, o que é um bocado difícil, devo dizer-lhe, se a Sr.<sup>a</sup> Ministra continuar a desresponsabilizar-se em relação a todos os aspetos do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sendo Ministra da Saúde, é difícil fazer esse debate. A Sr.<sup>a</sup> Ministra não faz outra coisa senão desresponsabilizar-se em relação a todas as observações e críticas que estão a ser feitas em relação à atual política de saúde.

Por isso, vamos voltar, de facto, às transferências para os privados, e vamos voltar ao Hospital da Prelada, porque houve, como já referiu, a oportunidade de discutir estes temas também esta semana aqui no Parlamento. Na altura, o Dr. Eurico Castro Alves disse que não houve nenhum aumento de transferências — a Sr.<sup>a</sup> Ministra já fez referência ao despacho do Conselho de Ministros, e vamos voltar a ele —, que não tinha nada a ver com o plano de emergência e que ele próprio não tinha nada a ver com isso. Portanto, é triplamente uma mentira.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!



A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Por um lado, a Sr.<sup>a</sup> Ministra faz referência a um despacho, mas, se for olhar para o despacho anterior, verifica-se que há um aumento dos montantes. Esse aumento dos montantes no atual despacho está diretamente vinculado às transferências para o Hospital da Prelada por via do centro de atendimento clínico. Está escrito nesse despacho.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Por outro lado, o centro de atendimento clínico é uma invenção do plano de emergência de saúde, coordenado pelo Dr. Eurico Castro Alves. E, porque os centros de atendimento clínico e o plano de emergência são eles, propriamente, da autoria do Dr. Eurico Castro Alves, não há nenhuma forma de ele não ter nada a ver com isto.

É uma tripla mentira, como disse.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Isto, sim, é uma reposição dos factos.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra confirma ou não o aumento das transferências para o setor privado? E como é que, no despacho do Conselho de Ministros, aparece a associação desse aumento, efetivamente, ao Centro de Atendimento Clínico do Hospital da Prelada?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra e o seu Governo demonstraram nestes primeiros meses de governação é que estão mais preocupados em trocas de lugares e de cadeiras. Estão mais preocupados em transferir recursos financeiros do serviço nacional para os grupos privados do que em resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — E não é pelos elevados decibéis da Sr.<sup>a</sup> Ministra que os problemas do Serviço Nacional de Saúde vão ficar resolvidos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Vamos às questões das nomeações.

A nomeação do Diretor Executivo Gandra d'Almeida é uma responsabilidade deste Governo, e a Sr.<sup>a</sup> Ministra até disse publicamente que leu o relatório da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública). Não achou estranho? Não identificou nada? Não achou que era imoral haver acumulação de funções e que, ao que tudo indica, não poderia haver essa mesma acumulação?

Nomeia agora um novo Diretor Executivo. Tudo aquilo que se conhece e, aliás, enquanto foi Presidente da Entidade Reguladora da Saúde, a sua atuação foi sempre no sentido de equiparar o público e o privado.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra acha que, enquanto Diretor Executivo do SNS, a sua preocupação vai ser salvar o Serviço Nacional de Saúde ou vai ser ver como é que se pode transferir ainda mais recursos públicos para os grupos privados que lucram à custa da doença? É porque foi sempre isso que fez, são as suas opções políticas, é, aliás, a opção política deste Governo.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, fez aqui referência às medidas que têm vindo a ser adotadas por parte deste Governo, e aquilo que nós conhecemos é a transferência de utentes para USF de modelo C, as parcerias públicas-privadas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vocês acabaram com todas!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... as contratualizações, que são cerca de 800 000 para fora do Serviço Nacional de Saúde, os encerramentos.

Aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra e este Governo têm vindo a fazer é a encerrar serviços de forma intermitente e rotativa. Aquilo que está previsto e que veio a público, relativamente ao hospital do Barreiro, é a intenção de encerrar esse serviço de urgência. E isso não é penalizar os utentes, não é penalizar as grávidas, não é reduzir a capacidade do Serviço Nacional de Saúde?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não! A resposta é não!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Qual é o objetivo? É favorecer os grupos privados, que é essa a opção por parte deste Governo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda. Tem 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, continua a ser a Ministra da Saúde que sempre que vem ao Parlamento se desresponsabiliza por tudo o que tenha a ver com a sua área. Nós já ouvimos várias vezes aqui, mas também em comissão, que se as coisas correm mal no verão é porque está calor, se as coisas correm mal no inverno é porque está frio, se correm mal entre o inverno e o verão é porque o *Excel* não estava bem adaptado. Portanto, já ouvimos todas as desculpas da Sr.<sup>a</sup> Ministra para se desresponsabilizar, seja aqui, seja em audições regimentais.

**Vozes do BE:** — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — O que nos leva, de facto, ao modelo de SNS que este Governo defende, que a Sr.<sup>a</sup> Ministra defende e que não consegue admitir. É um modelo que assenta num SNS fraco, depauperado, onde não há investimento para os profissionais de saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Não há?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — A Sr.<sup>a</sup> Ministra diz «Ah, a grande solução eram os profissionais de saúde», mas desresponsabiliza-se pelos próprios profissionais de saúde.

Portanto, aquilo que resta é um modelo de SNS onde se investe para fora, onde se investe para dar ao privado.

E quando nós olhamos, por exemplo, para o caso de Gandra d'Almeida, escolhido pela Sr.<sup>a</sup> Ministra sabendo o seu histórico, é exatamente disto que falamos. Falamos de um modelo de SNS, de alguém que ganhava centenas de milhares de euros, enquanto tarefeiro, com a degradação do Serviço Nacional de Saúde, ganhava centenas de milhares de euros, como tarefeiro, por causa da incapacidade de os hospitais terem os seus quadros completos. De quem é que é a responsabilidade de haver quadros incompletos? É do Governo, é da Sr.<sup>a</sup> Ministra, por mais que não queira admitir que é sua responsabilidade, tal como a incapacidade de os hospitais terem as escalas 24 horas.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, se não é responsabilidade da Ministra da Saúde, há de ser de quem a responsabilidade sobre a política de saúde e a política do SNS?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Só com este modelo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra defende, que a direita defende, é que poderia haver pessoas como Gandra d'Almeida a cobrar milhares de euros por um ou dois dias de trabalho.

Portanto, depauperar e enfraquecer o SNS é o modelo da direita, é o modelo da Sr.<sup>a</sup> Ministra, e deve responsabilizar-se por esse modelo. E a pergunta que fica é muito clara: que modelo é que esperava, então, que fomentasse, à frente do SNS, alguém que beneficiou...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem 3 minutos para responder a este conjunto de perguntas. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vou começar, se me permitem, pela questão sobre a linha de prevenção do suicídio. Há pouco, não respondemos a essa questão, mas consideramos que é da maior importância e gostava de deixar aqui alguma informação.

A linha foi aprovada em fevereiro de 2024 e nós, quando chegámos ao Governo e percebemos a importância que a linha tinha, até através da política nacional de saúde mental, imediatamente começámos a sua implementação.

A linha SOS suicídio tem de ter um número de quatro dígitos que, entretanto, finalmente, conseguimos. E levámos mais tempo, é verdade, Sr. Deputado, porque precisámos de fazer a formação de psicólogos, e ela não estava planeada. É absolutamente assim como diz, é algo que preferíamos que não tivesse acontecido, mas aconteceu e neste momento estamos em fase de arranque.

Estes psicólogos estão, neste momento, a apoiar a linha SNS 24, e, por isso, é verdade, adiámos até março o início da nova linha para não pôr em causa a outra. É verdade, exatamente como referiu.

E não publicámos o número, Sr. Deputado, nós não publicámos. Ele apareceu numa notícia que dizia que só a partir de março funcionaria. Dir-me-á: «Não devia ter aparecido.» Aceitamos com toda a humildade democrática a crítica, mas não está escrito que já está implementada.

Muito rapidamente, respondo à questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos. Mas, antes disso, não resisto aos decibéis,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém resiste!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... porque, nesse aspeto, nós comparamos bem. Comparamos bem em relação aos decibéis, talvez para nos ouvirmos melhor. Isto é entusiasmo, não é verdade?

Sobre opções privadas — e não é desresponsabilização nenhuma —, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Ainda há bocado, estávamos aqui a ouvir que o anterior Governo, que, aliás, pelo menos durante algum tempo foi apoiado por VV. Ex.<sup>as</sup>, não tinha opções de natureza privada. O primeiro Diretor Executivo, o Prof. Fernando Araújo, não defendia modelos privados. Pois bem, foi o primeiro Diretor Executivo — e bem, na nossa opinião — a fazer o primeiro protocolo para obstetrícia com entidades privadas.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Porque é que o fez? Porque as grávidas tinham de ter os bebés em algum lado e não havia blocos de parto requalificados.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Grávidas é para despedir!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Mais outra coisa: quem é que foi para a televisão, como comentador, falar em ULS que deviam ser PPP e que era o plano que estava no cardápio de Fernando Araújo? Francisco Goiana da Silva, o número 2 de Fernando Araújo. Está escrito, está documentado, está no *Google*, vá ver.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Não, nós não estamos contra. Nós só estamos a dizer que não é uma iniciativa nossa. Já existia, e a senhora conhecia-a.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Com a nossa oposição!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, olhe, não me desresponsabilizo por rigorosamente nada, nada, nada...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Continua a resposta a seguir, Sr.<sup>a</sup> Ministra, porque neste momento não tem tempo. Segue-se um conjunto de três pedidos de crescimento. O primeiro cabe à Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, nos primeiros dois meses, tudo era seu, tudo era resultado da boa gestão que a Sr.<sup>a</sup> Ministra fazia, e dizia que iria resolver todos os outros problemas, que não eram bons problemas, em 60 dias.

Ora veja-se: a única coisa que em 60 dias conseguiu resolver foi mudar e substituir dirigentes, substituindo dirigentes que eram escolhidos pela sua competência e pelo seu currículo com lastro no SNS por dirigentes com conotação partidária.

Senão, vejamos, já agora, o caso do Algarve,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS que não fale do Algarve! Devia ter vergonha de falar do Algarve!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — ... porque fez a referência ao PET sul do Tejo, ou melhor, ao PET fora da Área Metropolitana de Lisboa, visto que no hospital a sul do Tejo, imediatamente aqui, no Garcia de Orta, existe PET. Um bocadinho mais abaixo, todo o Alentejo e Algarve é que não têm PET. Ora, sobre isso, queria dizer que o PS deixou uma solução: apresentou o centro oncológico do Algarve. Está aberto um aviso promovido pelaCCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) do Algarve para que ele possa ser candidatado.

É, pois, importante perceber se foi a Sr.<sup>a</sup> Ministra que pediu para travar o hospital do Algarve para incluir a PPP lá dentro, para tornar mais apetecível aquilo que se supõe ser a passagem a uma gestão clínica do hospital do Algarve e atrasar o acesso desses utentes, ou se estamos perante apenas um atraso e uma decisão tomada por esta nova gestão da ULS Algarve.

É muito importante perceber se queremos tornar os equipamentos pesados privados ou se queremos facultá-los aos utentes do SNS. E, por isso, aproveito e digo à Sr.<sup>a</sup> Ministra que abrir, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra abriu em proposta de Conselho de Ministros, os equipamentos privados *tout court* aos privados significa que o SNS deixará de ter capacidade de instalar equipamentos seus, porque não terá recursos humanos nem capacidade financeira para ter acesso a esses equipamentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Portanto, aquilo que vemos aqui, sim, é uma segmentação de acesso, deixando todo o sul abaixo de Setúbal sem qualquer tipo de resposta pública. Sim, é uma opção deste Governo; sim, é uma opção de privatização do SNS, e esse tem sido o caminho...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, do Chega, tem 2 minutos para formular o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, disse hoje aqui e disse com grande...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vai falar da Casa Pia?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não vou falar da Casa Pia, Sr. Deputado. Pode ter a certeza de que não vou falar da Casa Pia de Lisboa.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha! Tenham vergonha na cara!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pode ter a certeza que não. Não vou falar da Casa Pia. Não vou falar da Casa Pia.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ferro Rodrigues, Paulo Pedroso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenham vergonha na cara!

O Sr. **Presidente**: — Peço que interrompam a contagem do tempo.

*Protestos do PS e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenham vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Andavas de mão dada com o Ferro Rodrigues, não era?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É castração química para eles, para o Ferro Rodrigues...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Chá de tília!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenham vergonha na cara!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, espere um bocadinho.

O Sr. Deputado só irá continuar quando tiver condições. Aliás, os erros ou as faltas não são para copiar.

*Continuação de protestos do PS e contraprotestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O Paulo Pedroso, o marido da vossa amiga!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado precisa de tempo para fazer o seu pedido de esclarecimento, e interromperei as vezes que for necessário, se o Sr. Deputado não tiver condições para o fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Castração química para todos, incluindo os nossos!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, convém agora não alimentar a chama. Faça favor, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Podem ter a certeza de que nunca me vão ver aos abraços com o Dr. Paulo Pedroso aqui no Parlamento, aqui à saída do Parlamento. Podem ter a certeza.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra disse, com grande entusiasmo, que não queria fazer saúde em cima de listas de espera, e teve grande aplauso da sua bancada, também com grande entusiasmo.

Eu fui ver aqui mesmo as listas de espera no *site* do Governo português. Tenho aqui e gostava de mostrar a todos.

*O orador exibiu um telemóvel.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olha, é uma mensagem do Arruda!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É do *gov.pt*. Não é do *Folha Nacional*, é mesmo do *gov.pt*.

*Protestos do PSD e do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra, veja aqui: carrega-se em «listas de espera», aparece «consultar agora» e não funciona. Está a ver? Ou seja, o próprio *site* do Governo sobre listas de espera não...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Uma mensagem do Miguel Arruda!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podem ser mensagens do Montenegro! Tem cuidado!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se acham que assim se conseguem entender as perguntas e as respostas, eu não consigo. E creio que quem está a assistir também não consegue.

*Protestos do PS e contraprotestos do CH.*

Sr. Deputado, faça favor de continuar então.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, desculpe-me lá o desabafo, eu peço desculpa pelo que vou dizer. Ouvir o PS falar disto é de cair com os joelhos no chão nesta Assembleia da República!

*Aplausos do CH.*

É de cair com os joelhos no chão. Ouvir o PS falar disto é de cair no chão. É de cair no chão, meu Deus. É de cair no chão.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, nem o *site* do Governo sobre listas de espera funciona. Mas o Sr. Primeiro-Ministro já deu três números diferentes sobre os tempos de espera para cirurgias oncológicas: 0, 148 e 2000.

Portanto, gostava de lhe perguntar quais são mesmo, neste momento, as listas de espera que temos em relação à cirurgia oncológica para crianças. Porque isso já não é do PS, é mesma responsabilidade do seu Governo.

Quanto ao resto, quando quiserem, cá estamos para o debate, aqui ou onde quiserem, e tenham a certeza de uma coisa: vocês vão perder!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Agora parecia o Roger Schmidt!

O Sr. **Presidente**: — Chamava a atenção de todos os Srs. Deputados, até por uma questão pedagógica para quem nos está a ouvir, que devem cingir-se à ordem do dia e à matéria que é objeto de debate.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E os apartes também!

O Sr. **Presidente**: — Relembro que o objeto de debate é «partidarização do SNS e a degradação do acesso à saúde». Portanto, pedia a todos para que não fugissem à ordem do dia, para que possamos fazer um debate útil.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, tem 2 minutos para fazer um pedido de esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, há um colapso nas urgências, há um colapso no INEM, há planos inúteis que não salvam nada, há nomeações irresponsáveis, há listas de espera secretas, há doentes que esperam horas e horas e horas e horas nas urgências e que merecem mais respeito.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra vem aqui e não é nada consigo. Não é nada consigo, é incompetência alheia, incompetência passada, incompetência lateral. A Sr.<sup>a</sup> Ministra não assume uma única responsabilidade.

Portanto, só tenho uma pergunta: quem é que manda? Porque eu quero falar com quem manda. E se não é a Sr.<sup>a</sup> Ministra que manda no SNS, peço ao Sr. Ministro Pedro Duarte que nos traga cá quem manda, porque eu quero fazer perguntas a quem manda. Se não é a Sr.<sup>a</sup> Ministra, e também não é certamente a empresa que lhe escreveu o discurso de hoje — ou, pelo menos, eu espero que não seja a empresa de comunicação do PSD —, gostava de perguntar a quem manda porque é que a mortalidade infantil no Barreiro, no Montijo e na Moita é maior do que a média nacional.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso é que contratam com recibos verdes!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Gostava de perguntar a quem manda porque é que, neste contexto, e com este quadro de mortalidade infantil, estão a pensar em encerrar as urgências obstétricas do Hospital Barreiro-Montijo. Gostava de dizer a quem manda que isso é uma irresponsabilidade.

Gostava de perguntar a quem manda porque é que o Conselho de Administração do Hospital Amadora-Sintra acabou de se demitir?

Mas se não é a Sr.<sup>a</sup> Ministra que manda, diga-nos quem é, porque gostava de saber qual é que é o nome que vai estar no epitáfio do SNS. Se não é o da Sr.<sup>a</sup> Ministra, qual é o nome? É que, sim, os conflitos de interesse são um problema, porque quando, para haver para os amigos, não há para o investimento público no SNS, sim, os conflitos de interesse vão enterrar o SNS.

E não confunda o aplauso que aqui teve com a sua boa governação. É que se o teve é, precisamente, porque é a pior ministra deste Governo.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra, que dispõe de 3 minutos para responder a estes pedidos de esclarecimento.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, com a licença de VV. Ex.<sup>as</sup>, e pedindo desde já desculpa à Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, vou deixar a resposta à sua pergunta para mais tarde,...

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... não nesta intervenção, mas para depois, e vou já responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua.

Deixe-me começar por dizer que não sei bem responder-lhe à questão do «manda», mas há uma coisa que lhe posso dizer: a responsabilidade do que se passa na saúde é minha, não há nenhuma dúvida.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Ah, bom! Finalmente!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Depois, deixe-me dizer-lhe mais uma coisa: não tenho, acredite, nenhum problema em ser a pior Ministra do Governo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas nós temos!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sabe porquê? É que se eu sou a pior e os outros são os melhores, é um grande Governo. É um grande Governo!

*Aplausos do PSD.*

Sabe porquê? Vou-lhe dizer porquê. É que a saúde é uma pasta muito difícil.

*Protestos de Deputados do PS.*

Já lá vamos, Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, que foi Secretária de Estado. Falou-se do Algarve, já vamos ao Algarve!

**Vozes do PS**: — Oh! Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Se eu sou a pior... Sabe uma coisa? Quem decide o quê, no Governo a que eu pertenço, é o Primeiro-Ministro. E quando há pessoas neste Hemiciclo — e por aí —, que dizem que estou a prazo, quer que lhe diga uma coisa? Estou, sim, senhor! Os senhores também estão!

*Aplausos do PSD.*

Porquê? Porque numa democracia estamos todos a prazo, estamos todos sujeitos à avaliação do povo. E quer saber uma coisa? Eu não tenho nenhum problema em estar a prazo, porque no dia em que deixar de ser Ministra, virá outro ministro, ou outra ministra, que fará certamente melhor do que eu e que construirá em cima do que estou a fazer. E sabe uma coisa? Eu tenho uma vida pela frente. Como já disse aqui uma vez, tenho percurso académico e um registo contributivo longo, e sei escrever. Não preciso...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — No Santa Maria?...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, não fale do Santa Maria que a Sr.<sup>a</sup> Deputada nunca lá entrou!



*Risos do CH.*

*Aplausos do PSD.*

Não preciso que ninguém me escreva discursos. Sabe porquê? Eu toda a vida escrevi as minhas próprias coisas. Podemos falar sobre isso.

Deixe-me agora perguntar: qual é o colapso do INEM? De que colapso é que a senhora está a falar? Não está a falar de colapso nenhum. O INEM está reforçado, em 120 postos!

*Protestos do BE.*

O INEM está reforçado. Pergunte à bancada do PS o que é que aconteceu ao INEM e pergunte à IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde),...

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — ... que tem um relatório, com 45 páginas, sobre o que se passou no INEM nos últimos anos.

Por isso, vou-me abster de responder. A senhora vai ter de ler; tem de fazer um esforçozinho e tem de ler, porque não tenho tempo para lhe explicar tudo.

*Aplausos do PSD.*

Por outro lado, deixe-me falar-lhe do Barreiro, de uma vez por todas, para não haver dúvidas.

Vejo que acabei o meu tempo, mas já respondo às questões em relação ao Barreiro e ao Algarve. Temos muito para falar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos para o último grupo de pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sr. Deputada Fátima Correia Pinto, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Correia Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, este Governo pegou num bom projeto do Partido Socialista, o Ligue Antes, Salve Vidas, que visava otimizar o acesso aos serviços de urgência, e conseguiu transformá-lo em mais um obstáculo de acesso ao SNS.

Os resultados estão à vista: tempos de espera prolongados para atendimentos da Linha SNS 24, com médias de 9 a 15 minutos, com muitos cidadãos a não conseguirem, sequer, ser atendidos ao final de uma hora; encaminhamentos para urgências encerradas; e elevada taxa de desistência por parte dos utentes. Mas além do estrangulamento da linha, os tempos de espera nas urgências continuam a agravar-se, chegando às 17 horas, em vários hospitais, e até 30 horas de espera para doentes urgentes no Hospital Amadora-Sintra.

Além disso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, há incongruências graves nos números apresentados pelo próprio Governo. Sim, Sr.<sup>a</sup> Ministra, neste gráfico disponível no portal do SNS, temos informações díspares, relativamente aos reencaminhamentos do SNS 24 para os serviços de urgência.

*A oradora exibiu o gráfico referido.*

São, afinal, 281 000 ou 549 000? É que já questionámos o coordenador de execução do plano, o coordenador de acompanhamento do plano e ninguém nos sabe responder. Não sei se tem mais algum coordenador que nos possa indicar e que nos possa dar esta resposta, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

**Vozes do PS**: —Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Correia Pinto** (PS): — Mais, dos 14 500 encaminhamentos para as consultas nos cuidados de saúde primários, apenas 6600 foram agendados. E, no final, apenas 32 % foram efetivamente observados em consulta. Sr.<sup>a</sup> Ministra, o que aconteceu aos restantes utentes? Tem algum seguimento destes utentes? Sabe o que é que lhes aconteceu?

Também não existe qualquer informação sobre o tempo que decorre, entre a triagem na Linha SNS 24 e o atendimento efetivo destes utentes nos cuidados de saúde primários ou nas urgências dos hospitais, um dado absolutamente essencial para avaliar o impacto da medida.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, quando é que vai admitir que o plano falhou? Que o acesso ao SNS está a degradar-se, Sr.<sup>a</sup> Ministra?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

Quando é que, finalmente, vai implementar medidas estruturais para reforçar a capacidade de acesso ao SNS?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra: O SNS tem sofrido de uma doença crónica que podemos apelidar de «partidarização». E o grande problema desta mesma doença é que quem sofre os sintomas e quem os sente na pele são sobretudo os doentes.

Senão vejamos: a dança das cadeiras que, neste momento, temos na Direção Executiva do SNS, com três diretores executivos em menos de um ano, é só a ponta do *iceberg*.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O SNS dos animais...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Para o PAN, há uma questão que, para lá da inflamação deste debate, seria importante que saísse daqui, hoje, respondida. É que, com esta dança das cadeiras que tomou conta das unidades locais de saúde do Norte a Sul do País — neste caso, com tanta sede que até tiveram uma exoneração —, há pessoas que foram nomeadas e que foram alvo de queixas de assédio, sem garantias do mínimo escrutínio. No nosso entender, o problema poderia resolver-se garantindo uma questão de fundo, que houvesse concursos públicos competitivos e transparentes, para estes cargos, ao invés destas nomeações. E pergunto-lhe se está, ou não, disponível para mudar este paradigma. Pergunto-lhe se não acha que, ao invés de termos, numa democracia com 50 anos, nomeações políticas para cargos de natureza técnica — e, tendo até em conta a sua experiência curricular —, não deveria haver aqui uma mudança de paradigma mais profunda. É que, voltando a esta questão mais crónica da dança das cadeiras, há cadeiras que continuam a preocupar. Falo das 225 vagas para médicos recém-especialistas, de Medicina Geral Familiar, em que mais de 70 % das mesmas ficaram por preencher.

Neste debate, Sr.<sup>a</sup> Ministra, era mesmo muito importante que ouvíssemos que medidas, em concreto, é que vão ser adotadas pela Sr.<sup>a</sup> Ministra e pelo seu Governo, para garantir a atratividade destas mesmas carreiras, para que estes 70 % de vagas não sejam, depois, repercutidos nos tais «sintomas» — que são os utentes que ficam em lista de espera e que ficam sem resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo. Dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, Sr. Ministro Pedro Duarte, bons olhos o vejam em Lisboa: veremos durante quanto mais tempo.

*Risos do Deputado do L Paulo Muacho.*

**Vozes do PSD:** — Eh!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O PSD aprovou uma lei cruel para excluir do SNS imigrantes indocumentados ou em processo de regularização. Muitos deles trabalham e descontam para a segurança social.

A medida, ao contrário do que a demagogia da direita nesta Câmara anunciou, não resolve nenhum problema, nem de financiamento nem de acesso aos serviços de saúde, mas pode mesmo criar vários problemas, nomeadamente de segurança e de saúde pública para toda a comunidade, como alertaram, publicamente, centenas de profissionais de saúde.

Diz esta centena de profissionais de saúde que deixa de estar assegurado o acesso gratuito e regular à vacinação e à adequada abordagem de doenças transmissíveis que representam uma ameaça para a saúde pública.

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins Silva.*

Por isso, quero perguntar à Sr.<sup>a</sup> Ministra se o seu Ministério foi envolvido neste processo legislativo, se ponderou bem os riscos para a saúde pública que esta lei pode representar e se não teme que Portugal recue a indicadores de saúde que têm estabilizado ao longo de anos, nomeadamente de vacinação e de contenção e combate de doenças infectocontagiosas.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, faço-lhe um outro apelo: dê a garantia, a esta Câmara, de que a nenhum profissional de saúde será instaurado um processo disciplinar por desobedecer a esta lei, se ela entrar em vigor, porque, ao desobedecerem a esta lei desumana, estão a respeitar a sua consciência, o seu compromisso deontológico e a Constituição.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Demagogia!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, peço-lhe o compromisso de que a nenhum profissional de saúde que desobedeça a esta lei cruel, e que garanta que a todos os cidadãos em Portugal — nacionais, estrangeiros ou apátridas — são garantidos os cuidados de saúde devidos, seja instaurado um processo de disciplinar.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem agora 3 minutos para poder responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, vou começar, agora, pela resposta à Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira porque há pouco não lhe respondi e porque, até pela sua experiência como Secretária de Estado da Saúde, julgo que vai ser muito fácil entendermo-nos neste diálogo.

Quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada refere — antes de falar do Algarve, que é o mais importante de tudo — os tais dirigentes com «pegada na saúde», não sei se, por acaso, a Sr.<sup>a</sup> Deputada se estava a referir, objetivamente, à pessoa que gere o IPO (Instituto Português de Oncologia) de Lisboa, que foi Chefe de Gabinete da Ministra Marta Temido.

**Vozes do PSD:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Também não sei se se refere à chefia da ULS Arco Ribeirinho, que foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Francisco Ramos.

**Vozes do PSD:** — Não?!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Também não sei se fala da ULS Barcelos-Esposende, cujo presidente foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Lacerda Sales.

**Vozes do PSD:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — E também não sei se fala da ULS de São José, cuja presidente foi Secretária de Estado, também de um Governo de V. Ex.<sup>a</sup>, ou da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujo presidente foi adjunto do Primeiro-Ministro António Costa.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Foram todos embora!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Esta «pegada» é uma pegada que eu diria que é respeitável. Mas não nos venham a dar lições de moral...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — ... sobre quem é que nomeia, ou deixa de nomear, porque VV. Ex.<sup>a</sup> fizeram estas nomeações.

Nós, como já expliquei, não mudámos a Direção-Geral da Saúde. É a mesma, foram os senhores que a nomearam, e lá está. O ICAD (Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências) é o mesmo...

*A Deputada do PS Jamila Madeira encolheu os ombros.*

Não, não encolha assim os bracinhos porque é verdade!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O INSA (Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge), o INFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde), a Secretaria-Geral, o IPST (Instituto Português do Sangue e da Transplantação)...

*Continuação de aplausos do PSD.*

E posso ir por aqui adiante...

Olhe, vamos lá falar do Algarve, Sr.<sup>a</sup> ex-Secretária de Estado. O centro oncológico do Algarve é um projeto que tem 20 anos. Sabe quem é que dirige esse projeto, e bem? O Prof. Francisco Ramos, que foi o meu professor, na Escola de Saúde Pública, e que foi Secretário de Estado do PS, por, pelo menos, cinco vezes. E vou-lhe dizer — ainda há dois dias estive com ele numa reunião e ele, pura e simplesmente, explicou-me — porque é que o tal centro oncológico era um peixe que não cabia dentro do barco.

É que o centro ecológico de que a ex-Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado fala tinha uma volumetria, um plano funcional, que não cabia dentro do terreno que a Câmara Municipal de Loulé tinha disponibilizado.

**Vozes do PSD:** — Não! Não pode ser!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Podemos falar mais, mas há uma coisa que lhe quero dizer, já para terminar. Pode ter a certeza de que, no próximo dia 12, teremos uma reunião do *steering committee* para avançar com a obra no Algarve, e que os algarvios não vão ficar sem o plano funcional previsto para esse centro — que não

era centro, não chegou a ser centro e não tinha dinheiro para ser centro —, porque o mesmo vai ficar no Hospital do Algarve.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Queria fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr. Presidente, sobre as informações que aqui foram transmitidas, importa sublinhar que o terreno que foi cedido pela Câmara Municipal de Loulé está implantado num Plano de Pormenor de 311 000 m<sup>2</sup>.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isto não é uma interpelação à Mesa, é uma intervenção!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Ultrapassa os 2 % destes 311 000...

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, isso não é uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Não, não, eu passarei a informar...

O Sr. **Presidente**: — Não, não é uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Eu passarei a informar, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Não é uma interpelação à Mesa!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr. Presidente, é muito importante esta informação, porque parece que a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse que estávamos...

O Sr. **Presidente**: — A interpelação é à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada, se quiser, pede à Mesa para distribuir a informação que achar por conveniente.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr. Presidente, eu distribuirei...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não lhe vou dar a palavra para uma intervenção. Peço desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Não é uma intervenção, Sr. Presidente. Mas nós não podemos dizer que «há um peixe que não cabe no barco»...

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O Sr. **Presidente**: — Pode dizer, pode. Pode dizer! A Sr.<sup>a</sup> Ministra pode dizer, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada, se tiver alguma coisa para fazer chegar à Mesa para desmentir isso, eu farei distribuir essa informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr. Presidente, vou distribuir o documento que diz que são 2 %...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não vou é permitir que faça uma intervenção. Não vou permitir que faça uma intervenção!

Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, não vou permitir.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — «Um peixe que não cabe no barco...»

O Sr. **Presidente**: — Não posso permitir que faça uma intervenção. Peço-lhe lealdade...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto está a correr mesmo bem hoje!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — A Sr.<sup>a</sup> Ministra tem de dizer se quer ou não quer «o peixe dentro do barco».

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não vou permiti-lo! Não o vou permitir!

*Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não vou permitir! Não posso permitir!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto não está a correr mesmo nada bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Pois não, nada bem!

O Sr. **Presidente**: — É fácil de compreender, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Peço aos Srs. Deputados para terem lealdade no uso das figuras regimentais. Quem tiver dúvidas, vai ao Regimento e vê o que é que o Regimento diz, em relação a cada uma das figuras em causa.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, tem a palavra, para uma intervenção, dispondo de 8 minutos. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde: Recordar-se-á de que, na Comissão de Saúde, lhe dissemos que seríamos exigentes e implacáveis...

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

... com as nomeações e com as exonerações dos Conselhos de Administração.

Pois hoje é dia de cobrar por isso. Olhamos para as 10 exonerações, dos últimos oito meses, de Conselhos de Administração; sabemos que algumas farão sentido, é preciso descolonizar a Administração Pública que o Partido Socialista colonizou.

**O Sr. Rodrigo Saraiva** (IL): — Verdade!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A Administração Pública é como as calçadas das ruas de Lisboa: uma pessoa tropeça num socialista como tropeça numa pedra, é contínuo.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas perderam a Câmara!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, é preciso descolonizar a Administração Pública, estamos de acordo,...

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

... mas os bons têm de ficar.

Aquelas equipas que entregam resultados, os Conselhos de Administração que entregam resultados, esses têm de ficar — e aliás, a gíria popular diz, no futebol, que «em equipa que ganha não se mexe».

Olhemos, por exemplo para um hospital, a agora ULS Gaia e Espinho, que tem os seguintes resultados — e vamos a factos que estão no *benchmarking* da ACSS —:...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Credo!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E o Eurico Castro Alves?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... gastos com produtos farmacêuticos por doentes-padrão — vou aqui entregar aos colegas do PSD, para depois eles terem a gentileza de lhe dar —,...

*Enquanto refere os diferentes indicadores, o orador mostra vários gráficos com a informação que vai mencionando.*

...primeiro lugar do grupo; gastos com medicamentos por doente-padrão, primeiro lugar do grupo; demora média antes da cirurgia, primeiro lugar do grupo; percentagem de inscritos em lista de inscrições para cirurgia dentro do tempo máximo de resposta garantido, primeiro lugar do grupo; percentagem de primeiras consultas realizadas em tempo adequado, primeiro lugar do grupo; gastos com pessoal ajustados por doente-padrão, não está em primeiro, está em segundo; percentagem de internamentos com demora superior a 30 dias, não está em primeiro, está em segundo;...

*Enquanto refere os diferentes indicadores, o orador continua a mostrar vários gráficos com a informação que vai mencionando.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E o Eurico Castro Alves?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... gastos com fornecimento de serviços externos por doente-padrão, não está em primeiro, está em segundo; e gastos operacionais por doente-padrão, não está em primeiro, está em segundo; enfim, havia mais um indicador, mas creio que o ponto já está feito.

Ou seja, este é um Conselho de Administração com provas dadas,...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E o Eurico Castro Alves?

*Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... são bons gestores públicos, conseguiram fazer um bom trabalho neste Conselho de Administração.

*Protestos do Deputado do PS João Paulo Correia.*

Outros haverá. Portanto, equipas boas têm de ser para manter, e achamos que quem faz um bom trabalho na Administração Pública deve ser aclamado, mesmo que tenham sido nomeados pelo Partido Socialista, como foi o caso.

Instamos, assim, o Governo a que olhe bem para os resultados deste Conselho de Administração — como outros haverá —, porque, no meio de tantas nomeações, naturalmente algumas foram por mérito e competência, nem que fosse por força das probabilidades,...

*Protestos da Deputada do PS Jâmila Madeira.*

... e parece que esta é uma delas.

De resto, quero dizer também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda: «diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és.»

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou do Instituto Mais Liberdade. É verdade que alguns membros são também membros da Iniciativa Liberal — num País livre é assim que se faz, há liberdade de associação, liberdade de pensamento, liberdade de discussão —,...

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

... mas veja-se bem quem são os amigos que andam com o Bloco de Esquerda. É que os amigos do Bloco de Esquerda são, por exemplo, a Climáximo, dirigida pelo genro de um dos fundadores do Bloco de Esquerda.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

É assim que vocês gostam de fazer, não é? É este o vosso tipo de debate.

Como dizia, esta associação é dirigida pelo genro de um dos fundadores do Bloco de Esquerda e é uma associação de ecoterrorismo.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou então, temos a SOS Racismo, dirigida por um ex-assessor do Bloco de Esquerda que disse, e cito — peço desculpa às crianças que estejam a ouvir—, «a bosta da bófia».

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Mal!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E, portanto, são estes os amigos do Bloco de Esquerda, não têm comparação com os amigos da Iniciativa Liberal.

Finalmente, quanto ao PCP, não posso deixar de fazer uma questão à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos: tem conhecimento do investimento, de 50 milhões de euros, da Luz Saúde que vai ser realizado — adivinhe-se onde — na Câmara Municipal do Seixal,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Grave! Isso é muito grave!

**Voz do CH:** — Não!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... dirigida pelo Partido Comunista Português?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Não tem mal!? Não tem mal!?



O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Gostaríamos de saber qual é a opinião da bancada sobre este investimento de 50 milhões de euros,...

*Risos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Também na Câmara?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É dentro da Câmara?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se calhar, é numa junta de freguesia!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... num hospital privado, num município — imagine-se lá! — que é dirigido pelo Partido Comunista Português.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Alberto Machado, do PSD, que dispõe de 16 minutos.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde: Faço um ponto prévio, para lhe dar os parabéns pela sua intervenção, ou pelo conjunto de intervenções que tem tido hoje, aqui, em Plenário.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Tem sido fantástica, repondo a verdade em muita mentira que tem sido aqui dita hoje,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — O SNS está um espetáculo!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... para prejuízo desta Casa.

O Bloco de Esquerda traz hoje a discussão a partidarização do SNS e a degradação dos cuidados de saúde, numa tentativa inglória de reescrever a história.

Nos últimos oito anos, os portugueses assistiram à destruição do SNS por falta de investimento e pelas cativações que impediram o Serviço Nacional de Saúde de aceder a equipamentos e recursos e pela ausência de políticas para a melhoria das carreiras e das remunerações dos profissionais de saúde — situação que o atual Governo tem vindo a resolver.

É preciso não esquecer que o Bloco de Esquerda deu o seu apoio, político e parlamentar,...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Verdade!

**Vozes do PSD**: — Bem lembrado!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... em pelo menos metade dos oito...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não foi suficiente!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... malfadados anos de desinvestimento no SNS.

Não podemos esquecer esses tempos e têm de ser tomadas medidas para que não voltem a repetir-se.

A Aliança Democrática venceu as eleições em março passado, e é Governo para resolver os problemas herdados da geringonça e para transformar Portugal num País melhor. Estamos a cumprir o programa escolhido pelos eleitores, reabilitando o SNS — para o tornar mais acessível, para melhorar o atendimento, para reforçar a sua atividade assistencial, para cumprir o seu objeto perante os cidadãos.

Os gestores hospitalares, como todos os dirigentes, devem estar sintonizados com a tutela e com os objetivos estratégicos definidos. O SNS precisa de mudar, precisa de se recompor dos últimos anos e a gestão precisa de estar alinhada com o Plano de Emergência e Transformação na Saúde e com a urgência em colmatar as falhas existentes, para responder mais e melhor aos cidadãos que precisam de cuidados de saúde. Parece-nos evidente e legítimo que os diferentes governos escolham, como têm escolhido até agora, quem esteja comprometido com os objetivos estratégicos definidos pela tutela.

Nos últimos meses do Governo do Partido Socialista, já em gestão e a pouco tempo das eleições, foram nomeados cerca de 28 Conselhos de Administração. Destes, pelo menos cinco dos nomeados faziam parte dos gabinetes de Ministros ou de Secretários de Estado de um Governo prestes a acabar; exerceram funções num Governo, certamente revendo-se na política e estratégia desse Governo, transitando de seguida para um Conselho de Administração cuja tutela partilha, em alguns casos, de uma visão diferente das políticas que defendiam.

Escolheu o Partido Socialista nomear à pressa, em período eleitoral; podia ter tido bom senso e ter aguardado pelo novo Governo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ...para que as nomeações fossem já decididas pelo novo Executivo, fosse ele qual fosse. Isto sim, foi esdrúxulo e incompreensível.

Em contraponto, das 28 nomeações já referidas, neste curto período do Governo da AD, foram substituídas apenas 10 administrações:...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Felizmente!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... cinco para introduzir novas orientações estratégicas, três porque terminaram o mandato e duas porque apresentaram a sua demissão — prova de que a narrativa que o Bloco pretende impor não tem qualquer adesão à realidade.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Não pode a saúde ficar refém de hesitações, dúvidas ou incertezas relativamente ao rumo a seguir para restaurar e transformar o SNS.

Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda aponta, ainda, no seu pedido de agendamento, uma questão relativa à Santa Casa da Misericórdia do Porto. Convém repor a verdade: foi com o Governo Socialista que se iniciaram os acordos entre a ACSS e o Hospital da Prelada...

*Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

... para prestação de serviços de saúde, por cerca de 2,33 milhões de euros por mês.

Ao contrário do que o Bloco diz, o atual Governo reprogramou os valores deste acordo, autorizando uma despesa de 65 milhões de euros, que inclui os 35 milhões aprovados pelo anterior Governo para o final de 2023 e para 2024, acrescentando mais 29 milhões de euros para o ano de 2025, sensivelmente a mesma quantia mensal que a já protocolada anteriormente.

Quanto ao Centro de Atendimento Clínico do Hospital da Prelada, é preciso dizer que o acordo representa uma ínfima parte do montante total do contrato para 2025, estando o restante programado para consultas, cirurgias, internamentos de medicina física e de reabilitação, não havendo grandes alterações à produção contratada nos últimos anos.

São, pois, infundadas as acusações do Bloco de Esquerda, que continua rumo ao abismo, atirando areia para o ar,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... procurando esconder-se das contradições internas em que se encontra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São especialistas nessa matéria!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vocês nem eleitos foram!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Srs. Deputados, este debate «coloca a nu» a vontade do Bloco: prefere que os cidadãos fiquem sem cuidados de saúde, por falta de capacidade instalada no SNS, a encaminhá-los para consultas, cirurgias e tratamentos usando o setor privado e social para responder às necessidades das populações. Lamentável e vergonhoso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, tem a palavra para uma intervenção, por 11 minutos e 34 segundos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde: Os partidos da esquerda persistem numa visão sectária e ideológica — tudo deve ser público, público e mais público.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Ignoram a capacidade instalada em todo o País, mas recorrem ao privado...

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

... sempre que lhes convém, deixando quem não tem seguro de saúde à mercê do SNS e acorrem às clínicas particulares quando precisam.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Onde está a coerência política e a verdadeira vontade reformista?

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, o nosso SNS, outrora bandeira de orgulho nacional, hoje mais parece um labirinto de frustrações. Quem precisa de consultas urgentes...

*Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.*

... debate-se com esperas de 30 horas, com falta de profissionais e um sistema que empurra doentes para desistirem, mesmo antes de serem atendidos.

No Hospital Amadora-Sintra, só num fim de semana, 152 doentes desistiram...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — ... antes de serem observados por um médico.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (PSD): — Esta vergonhosa realidade configura uma autêntica falha do Estado em cumprir o seu dever mais básico: proteger a saúde e a vida dos cidadãos.

Chegamos ao ponto de termos a mais elevada taxa de cancro infantil da União Europeia, submetendo crianças a atrasos inaceitáveis e forçando-as a mais ciclos de quimioterapia. É intolerável obrigar uns pais a esperar um ano pelo tratamento do próprio filho.

O Chega recusa totalmente esta desumanidade, que expõe o falhanço do Estado no seu dever mais básico: proteger a saúde e a vida dos cidadãos.

Nos últimos meses, o Governo do PSD tem vindo a piorar ainda mais o SNS, que foi depauperado e fragilizado pelos anteriores Governos do Partido Socialista e da esquerda unida.

O chamado Plano de Emergência e Transformação na Saúde fracassou e o próprio coordenador do relatório do grupo de trabalho admitiu a inviabilidade de executar várias medidas.

Por outro lado, a *via crucis* do SNS 24 converteu-se numa caricatura de serviço público, impondo obstáculos burocráticos a quem se encontra em desespero à porta das urgências.

O Chega não aceita esta rendição do Governo à incompetência. Não consentimos que o SNS se torne nesta manta de retalhos, irreconhecível, que destrói a esperança de doentes oncológicos, que esgota profissionais de saúde e que rejeita grávidas nas urgências.

Nós, no Chega, exigimos medidas eficazes de fixação e de captação de profissionais de saúde, o fim dos entraves kafkianos ao atendimento hospitalar e uma reforma profunda que devolva dignidade ao SNS.

A degradação da nossa saúde pública não é inevitável; é fruto de más políticas e de desorientação governativa, e a isso dizemos chega, porque o Chega não será cúmplice deste fracasso que custa vidas e que rouba o futuro ao nosso Portugal.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Cuidado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista, que dispõe de 9 minutos e 21 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quando, em junho do ano passado, o Bloco de Esquerda aqui trouxe a sua primeira interpelação ao Governo sobre saúde, identifiquei duas palavras que marcavam a atuação do Governo naquelas primeiras semanas e no plano de emergência que tinha apresentado: instabilidade e opacidade.

Estas duas palavras permanecem características da governação desta equipa da saúde, mas, 10 meses depois, podemos juntar a palavra incapacidade. Incapacidade manifesta para resolver os problemas e incapacidade para estar à altura das expectativas que criou.

Em primeiro lugar, a instabilidade. Só quem não quer não vê a instabilidade deste Governo na gestão do SNS. Já estamos no terceiro presidente do INEM, incluindo um que nunca chegou a tomar posse; estamos no terceiro diretor executivo, incluindo um que nunca verdadeiramente assumiu as suas responsabilidades.

Porque sim, Sr.<sup>a</sup> Ministra, acumulam-se os passa-culpadas, as demissões e os afastamentos de administrações hospitalares, pisando todos os critérios de mérito e de competência.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Há pouco, a Sr.<sup>a</sup> Ministra listava presidentes de conselhos de administração nomeados pelo Partido Socialista e eu fiquei à espera do momento em que ia falar da Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Martins, mas não falou.

*Aplausos do PS.*

E porque instabilidade, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é aquilo que se espera de instituições que ameaçamos de refundações ou de profundas remodelações, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra fez ao INEM e à direção executiva, e depois as deixamos a pairar durante 10 meses.

Em segundo lugar, a opacidade. Partimos de dados errados, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra aqui, perante mim, reconheceu no início do plano de emergência, mas continuamos hoje a conviver com dados apagados e com dados desaparecidos.

Percebeu-se ontem, no debate quinzenal, qual é a estratégia: o Governo vem debitar números para procurar mostrar serviço, mas a verdade é que são sempre dados não públicos aqueles que o Sr. Primeiro-Ministro aqui dita, são sempre dados que não podem ser confrontados com dados que estejam públicos e que a Assembleia da República possa escrutinar.

Se queremos passar a utilizar os dados dos doentes que têm cirurgias agendadas, então é urgente sabermos quantas foram desmarcadas e quantas foram agendadas para lá do tempo máximo de resposta garantido, porque senão estamos só a esconder pessoas que estão em espera, porque, infelizmente, ter uma cirurgia agendada não é ter uma cirurgia feita.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Todos os dados que o Sr. Primeiro-Ministro aqui apresentou não são públicos e revelam o mesmo de sempre. A única forma como o Governo conseguiu dizer que tinha cumprido o seu plano de emergência foi apagar os dados que estavam no mini *site* do plano de emergência, porque hoje sabemos, é claro para todos, e até o Primeiro-Ministro ontem o reconheceu, que nunca foi zero o número de doentes à espera de cirurgia oncológica.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Finalmente, a incapacidade e a incompetência. Sabemos que no verão e agora no período de Natal tivemos mais urgências encerradas; sabemos que tivemos concursos de médicos atrasados, que atiraram para fora do SNS muitos médicos e que apenas 25 % das vagas de médicos de medicina geral e familiar foram autorizadas; e sabemos que este Governo conseguiu aumentar dificuldades em coisas que corriam bem, como é o caso da linha SNS 24.

Por isso, é urgente podermos discutir — e a Sr.<sup>a</sup> Ministra vem cá para a semana e para a outra em audição — as políticas e os resultados com dados, coisa que a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde raramente faz.

Queria dizer, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, que tenho muita pena que hoje não tenha sido o dia em que fomos esclarecidos sobre a transferência de hospitais para as misericórdias, porque, neste momento em que falamos, Sr.<sup>a</sup> Ministra, os trabalhadores estão a receber telefonemas e contactos dos seus hospitais para saberem se pretendem voltar à Misericórdia e ainda hoje o Governo não deu quaisquer explicações.

Como é que nós podemos ter os trabalhadores a serem obrigados a escolherem em que hospital ficam, sem que haja qualquer informação pública por parte do Governo sobre em que condições, por que tempo e o que fazer aos muitos milhões de euros que foram investidos pelo Orçamento do Estado nestes hospitais?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Todos em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Geringonça!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, temos de concordar com a parte da sua intervenção onde fala da adjetivação que, ao longo deste quase um ano, se faz relativamente a este Governo: responsabilização, instabilidade, incapacidade, opacidade dos dados, enfim, temos uma série de matérias que ao longo deste quase um ano temos vindo a levantar.

Mas gostaríamos de colocar uma questão, porque tem sido uma das matérias mais centrais que esta ministra e este Governo têm vindo a colocar como sendo, entre aspas, a solução para os problemas de estabilidade no acesso aos cuidados, que é algo que nos tem preocupado bastante, nomeadamente no acesso aos cuidados de saúde primários, que nos parecem estar cada vez mais postos em causa com a insistência na utilização do modelo USF de tipo C.

Eu queria recordar — e já o recordámos ao longo deste debate, mas não é demais lembrar — que este modelo foi implantado e foi inserido na lei pela, na altura, Ministra Marta Temido.

Durante alguns anos, o Partido Socialista votou sempre contra as propostas que o Bloco de Esquerda apresentou para que este modelo deixasse de figurar como o modelo possível para os cuidados de saúde primários, e, apenas há poucas semanas, o Partido Socialista apresentou um projeto de resolução em que, aparentemente, viu finalmente aquilo que o Bloco de Esquerda estava a ver há vários anos: as USF de tipo C são uma porta escancarada aos privados nos cuidados de saúde primários, mas, mais do que isso, levam à arbitrariedade no acesso, como nós já temos vindo a verificar nos últimos meses, a promessa dos privados de que eles é que escolhem quem é que tem acesso aos cuidados de saúde primários.

Além disso, isto revela também o desvio dos recursos que deveriam estar a ir para o setor público, para os centros de saúde, que estão neste momento a precisar de médicos, a precisar de equipas, a precisar de melhores instalações.

Portanto, a pergunta que gostávamos de fazer era a seguinte: porque é que o Partido Socialista demorou tanto tempo a chegar a esta conclusão?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Bernardo, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos 10 meses, o Governo tem mostrado trabalho e compromisso em melhorar o SNS.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Os tempos de espera nas urgências foram reduzidos em média 20 %, comparando o inverno passado com este, e a linha SNS Grávida evitou que 25 mil grávidas fossem parar às urgências.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Mas há quem não acredite em factos e finja que não estamos a falar de realidade.

Mas vamos, sem qualquer problema, ao caso do hospital Amadora-Sintra, que ainda ontem o PS e também o Bloco de Esquerda descobriram que serve cerca de meio milhão de pessoas, portuguesas, mas que está em dificuldades há anos. O Partido Socialista ignorou as pessoas de Sintra e da Amadora. O PS acabou com uma PPP que funcionava bem e melhorava a vida dos portugueses.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — E agora querem fazer aquilo que não fizeram em 10 anos?

**Vozes do PS:** — Em 10 anos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Querem-nos atirar à cara aquilo que não fizeram em oito anos? A atual ministra não vira a cara aos problemas. A atual ministra tem compromisso, tem trabalho,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É ver, tem feito!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — ... tem vontade de resolver aquilo que nunca foi feito; enquanto o PS, agarrado às amarras ideológicas, discute se é público, discute se é privado, mas deve pensar mais nos doentes e nos profissionais de saúde.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Deve pensar, sim, na valorização dos médicos, dos enfermeiros, dos farmacêuticos, dos técnicos do INEM que não foram olhados durante anos. Apenas foram retirados milhões. Apenas foram retirados milhões.

*Aplausos do PSD.*

Isso é fortalecer o SNS?

Vamos à esperança média de vida — e com isto termino —: em Portugal é de 81 anos; em Cuba é de 78; no Brasil é de 76; na Venezuela é de 70; na Coreia do Norte é de 73.

*Protestos do PS.*

Sim, todos vocês concordam que Portugal está mal. Todos concordam,...

*Aplausos do PSD.*

... mas onde é que estava o PS? Onde é que estava a geringonça nos tempos em que Portugal estava mal? Onde? Acordaram agora...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Martins da Silva, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Cara Deputada Mariana Vieira da Silva, o Partido Socialista foi o grande responsável pela má gestão do SNS nas últimas décadas, permitindo continuamente o uso abusivo e descontrolado dos seus recursos por quem nunca contribuiu para o sistema.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — O Chega denunciou este problema vezes sem conta, mas fomos diabolizados, apelidados de racistas e xenófobos apenas por alertarmos para esta realidade.

Nós sempre defendemos que a regulação do acesso ao País e ao SNS é essencial para garantir o devido acolhimento para quem chega ao nosso País e, cumulativamente, a sustentabilidade dos serviços públicos.

Agora vem o PSD, finalmente, reconhecer a necessidade de regular o acesso ao SNS por estrangeiros. Mas, mais surpreendente ainda, ouvimos o Secretário-Geral do PS, o partido que abriu o SNS ao mundo inteiro, admitir que a imigração descontrolada é insustentável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Ora, se o PS demorou anos a perceber o óbvio sobre a imigração, quanto tempo mais vai precisar para reconhecer o impacto brutal que este fluxo descontrolado tem no SNS?

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Essa é que é a questão!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — O PS vai continuar a fingir que o problema não existe ou, tal como na imigração, vai acabar por admitir que o Chega sempre teve razão?

Falando agora de público e privado, quero dar nota de que nos últimos anos perdemos 14 hospitais públicos, ganhámos 29 privados, o Partido Socialista empurrou milhares de profissionais para o privado, empurrou 4 milhões de portugueses para a obrigação de contratar seguros de vida.

Pergunto se, porventura, o Partido Socialista voltar a ser Governo,...

**Vozes do CH:** — Ui...!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ui, que horror!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — ... esperemos que não, e voltar a ter uma maioria, esperemos que não, o que é que vai fazer para inverter esta tendência que VV. Ex.<sup>as</sup> criaram?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Agora ainda vou ouvir alguém dizer que concorda com as emissões!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, foi com alguma admiração que ouvi a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva falar da questão das expectativas, da incapacidade e da incompetência e, portanto, não resisto a falar das falsas expectativas criadas pelo Governo socialista, ou, se quiser, da arte de governar sem resolver os problemas das pessoas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Vejamos: prometeram um médico de família a todos os portugueses. O que é que aconteceu? O número de utentes sem médico de família cresceu, durante oito anos, até atingir mais de 1,7 milhões de pessoas.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Prometeram consultas e cirurgias a tempo e horas, cumprindo os tempos máximos de resposta garantidos.



O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Falharam!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — O que é que aconteceu? As listas de espera agravaram-se todos os anos, durante oito anos, e o incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos atingiu níveis inaceitáveis.

*Protestos do PS.*

O mesmo aconteceu, de resto, com a rede nacional de cuidados continuados integrados, com os cuidados paliativos, com a saúde mental, etc.

Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me dar-lhe aqui uma pequena nota, naquilo que tem a ver mesmo com a incapacidade e com a incompetência. Peguemos na execução do Plano de Recuperação e Resiliência e vejamos o que aconteceu com o Governo socialista e o que já aconteceu com este Governo. Foquemo-nos, por exemplo, na saúde mental. Na saúde mental, o Governo socialista executou 0 % do Plano de Recuperação e Resiliência; este Governo já executou 35 %. No caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Partido Socialista executou 0 % e este Governo 22 %.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Portanto, a pergunta que lhe deixo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é a de saber como explica esta incapacidade e incompetência do Governo do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, dispõe de 3 minutos para responder. Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, agradeço a questão, porque me permite responder às intervenções que o Bloco de Esquerda aqui tem feito esta tarde.

Quando não reconhecemos as diferenças entre o Partido Socialista e o PSD no Governo, corremos graves riscos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Vou explicar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quais são as grandes diferenças. O Governo do Partido Socialista generalizou as USF de tipo B, permitindo a mais médicos de família ter mais doentes e pagar-lhes melhor. Este Governo está a implementar as USF de tipo C, que estão na lei para atuar, se forem necessárias, em complementaridade, e não para substituir, que é o que este Governo fará, o trabalho do SNS.

*Aplausos do PS.*

O Governo do Partido Socialista internalizou, através do PRR, mas não só, meios complementares de diagnóstico dentro do SNS. Este Governo vai tornar mais fácil haver equipamentos no privado do que no público, ao retirar-lhes todas as dimensões de licenciamento. Esta é uma grande diferença na capacidade de resposta.

Por isso, compreendendo as críticas que o Bloco de Esquerda sempre fez, temos de traçar as diferenças entre quem defende um SNS universal, geral, tendencialmente gratuito e em constante expansão para poder responder mais aos portugueses e quem aposta no privado para responder às necessidades, não com a

capacidade instalada que o privado tem, mas criando nova capacidade através de recursos públicos que foram investidos pelo Estado e que estão agora a ser desviados.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS) — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Os Srs. Deputados do PSD tiveram agora uma inovação: agora, querem discutir não apenas o trabalho do Governo anterior do Partido Socialista, mas medidas tomadas em 2008. Não sei bem se temos de abrir aqui um debate sobre todos os 50 anos da democracia para discutir saúde com o PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Não, são só precisos os últimos anos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas a pergunta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me fez é ótima para explicar uma grande diferença. Como a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde ali explicou, da tribuna — julguei que tinham tomado notas —, o Partido Socialista nunca deixou de fazer protocolos com o setor privado, quando ele era necessário para complementar ou atuar supletivamente face às responsabilidades do Estado.

*Protestos do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte.*

Não é isso que o PSD faz. O PSD pega em hospitais em que houve milhões de euros de investimento e quer devolvê-los às misericórdias. O PSD quer criar listas de utentes selecionados pelos privados.

Só há uma diferença entre estas duas soluções. Sabe qual é, Sr.<sup>a</sup> Deputada? É que a do Partido Socialista é a que está na Constituição da República Portuguesa e a do PSD é a que não está. Por isso é que nunca foram a favor do SNS tal como ele existe.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Sr. Deputado Miguel Guimarães, deixo-lhe um desafio, porque tenho pouco tempo para lhe responder: pegue, uma por uma, nas questões que me colocou e veja em quais é que já tem alguma resposta afirmativa deste Governo. Vou-lhe dizer: em nenhuma!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Tenho, tenho!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mesmo as melhorias nos cuidados de saúde primários que estão a querer reivindicar foram quase todas concretizadas durante o tempo do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, que dispõe de 3 minutos e 26 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas: Tenho por obrigação, porque deixei para este momento, responder ao Sr. Deputado André Ventura, apesar de ele não estar presente. Peço naturalmente ao seu grupo parlamentar que lhe faça chegar as respostas às perguntas que colocou.

O tal *site*, o *www.gov.pt*, mais concretamente esse pequeno botão, não é para consultar as listas de espera — isso tem de ser no portal de transparência do SNS —, é para consultar a nossa posição na lista de espera.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Nesse contexto, até o fazemos neste momento através de identificação digital. Se está a funcionar mal, registamos isso aqui. Mas serve para isso, não serve para ver a lista de espera.

Era só um reparo.

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

Relativamente à questão da lista oncológica pediátrica, respondo de uma maneira muito sintética. O Primeiro-Ministro ontem já clarificou e podemos clarificar também na próxima semana, pois voltamos cá e podemos falar nestes assuntos. Neste momento, temos uma criança na ULS de Coimbra que, pela complexidade e pela necessidade de estadiamento adicional, está à espera de uma cirurgia multidisciplinar que envolve peritos de várias áreas.

Portanto, é verdade, temos uma criança nessa circunstância e temos problemas nos transplantes. Neste momento, temos seis crianças no IPO e duas delas não são doentes oncológicos, mas precisam de um transplante. Não temos uma unidade de transplante pediátrico. Temos de ter e já a devíamos ter.

*Protestos do PS.*

Estou também a esgotar o tempo, mas não queria deixar de agradecer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva as questões que nos colocou e de lhe responder. Relativamente à lista de doentes oncológicos, aquilo que tem no portal — sabe que, neste momento, já lá está e já o consulta, e eu também já expliquei porque é que não estive lá até uma determinada altura — é a seguinte informação: em 2023, operámos 68 717 pessoas; em 2024, 77 699, havendo um aumento de mais de 13 % em cirurgias oncológicas. Relativamente a doentes fora do tempo máximo de resposta por agendar, no final de 2023, havia 493 doentes acima do tempo máximo; no final de 2024, havia 148 doentes acima do tempo máximo, havendo uma diminuição de 70 %.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não é verdade, o *Polígrafo* desmentiu!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Ontem, e também já no início do ano, o Sr. Primeiro-Ministro falou disso aqui. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada: não falamos nisto para nos vangloriar; falamos nisto porque isto deve-se aos profissionais e aos incentivos colocados no SNS.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Exato!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Nenhuma delas foi feita fora do SNS, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que significa que o Governo a que V. Ex.<sup>a</sup> pertenceu podia ter dado os mesmos incentivos; os profissionais teriam recuperado e as pessoas não teriam estado à espera.

Vou-lhe dizer qual é o tempo de espera. Não estamos ainda onde queremos, tem toda a razão. É que o tempo médio, em junho de 2024, era de 51,83 dias e, em janeiro de 2025, é de 34 dias — uma diferença de 17 dias.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Para agendar ou para fazer?

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde:** — Diz-me assim: é suficiente? Não, não é suficiente, mas é melhor. Sobre a questão das misericórdias, não é que não...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem um pedido de esclarecimento, mas não tem tempo para esclarecer, pelo menos nesta oportunidade.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, tem 2 minutos para formular o pedido de esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, agora sabemos que é a Sr.<sup>a</sup> Ministra quem manda no SNS. Isso significa que a decisão de encerrar as urgências obstétricas do hospital Barreiro-Montijo é sua.

Como esta matéria é preocupante — é tão preocupante que o PSD e Deputados do PSD já pediram uma reunião à Sr.<sup>a</sup> Ministra —, aquilo a que apelo é que não dê a resposta à minha pergunta apenas aos Deputados do PSD, numa reunião à porta fechada. Peço que não saia deste debate sem dizer se vai ou não encerrar as urgências obstétricas do hospital Barreiro-Montijo, porque uma coisa lhe garanto: o Garcia de Orta já não aguenta mais.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, que dispõe de 4 minutos e 15 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A situação do Serviço Nacional de Saúde é o reflexo das opções de sucessivos Governos. Neste debate, bem se viu o acordo da Iniciativa Liberal e do Chega com o Programa do Governo do PSD e CDS, neste caminho de privatização da saúde.

O problema são as políticas do Governo, que querem dar cabo do SNS.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — É sempre a mesma cassete!...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O Governo é responsável pelo agravamento das condições de funcionamento das unidades do SNS e pelas crescentes dificuldades no acesso aos cuidados de saúde. É um Governo que governa exclusivamente em função dos interesses dos grupos privados, mesmo sabendo que a consequência dessa opção é a degradação do serviço público.

São inúmeros os problemas sentidos pelos utentes, aos quais o Governo não dá resposta: urgências de obstetrícia e de pediatria encerradas, elevados tempos de espera nos serviços de urgência e até tempos de espera no atendimento telefónico da linha SNS 24. Isso é evidente todos os dias.

Mesmo agora, enquanto decorre este debate, ficámos a saber da demissão da Direção do hospital Amadora-Sintra, porque o Governo recusa assumir as suas responsabilidades e garantir os meios e as condições para assegurar o adequado funcionamento dos serviços.

O Governo demite direções de unidades de saúde para nomear novos dirigentes da sua confiança, quando o que é preciso é avançar na gestão democrática das instituições, através da realização de concurso público para o cargo de presidente do conselho de administração e da eleição pelos profissionais dos demais membros.

O Sr. **António Filipe** (PCP): —Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O Governo encerra urgências de obstetrícia e de pediatria, prejudicando crianças, jovens, grávidas e respetivas famílias, que nunca sabem com o que contar, quando o que é preciso são soluções para fixar profissionais de saúde. E, tal como denunciámos, agora pretende encerrar definitivamente, como é exemplo, o serviço de urgência de obstetrícia do hospital do Barreiro. O Governo sabe tão bem como nós que a redução da capacidade do SNS só beneficia os grupos privados e só penaliza os utentes.

O Governo obriga à triagem prévia pela linha SNS 24, o que constitui, na prática, um condicionamento e pode até levar à negação de cuidados de saúde. É a desumanização na saúde.

O Governo cria os centros de atendimento clínico, incluindo entidades do setor privado, quando o que é preciso é criar uma rede de proximidade para a doença aguda ligeira nos centros de saúde, com horário alargado.

Há um milhão e meio de utentes sem médico de família, e o que faz o Governo? Transfere utentes para fora do SNS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ó valha-me Deus! E o Hospital da Luz no Seixal?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — São exemplos disso as USF de modelo C, a transferência para a PPP de Cascais, novas contratualizações.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E o Seixal?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — No concurso para a contratação de médicos de medicina geral e familiar que foi aberto no final do ano passado, dou o exemplo da ULS de Almada-Seixal, em que foi identificada a necessidade de cerca de 30 médicos de família, foram autorizadas vagas para 14 e o concurso — pasmem-se! — traz só uma. Não é assim que se vai resolver o problema dos utentes sem médico de família.

O Governo quer transferir hospitais públicos para as misericórdias, quando se sabe que a transferência dos hospitais para as misericórdias não melhorou a prestação de cuidados de saúde e até se registaram vários problemas, como é exemplo o serviço de urgência básica do hospital de Serpa, que chegou mesmo a encerrar.

Quanto aos profissionais de saúde, este Governo recusa fazer o que é preciso para os fixar no SNS, quando a falta de profissionais de saúde é um dos principais problemas com que o SNS está confrontado. As decisões que o Governo tomou até agora podem inclusivamente levar a que mais profissionais abandonem o SNS.

Em relação aos médicos, os aumentos nem sequer permitem recuperar o poder de compra perdido nos últimos anos. Acha mesmo que é assim que vai fixar profissionais de saúde? Em relação aos enfermeiros, persistem injustiças relativamente à contabilização dos pontos.

Valorizar carreiras, salários, progressões e garantir condições de trabalho são a solução.

Permita-me acrescentar que, na próxima semana, o PCP vai trazer uma proposta para a implementação da dedicação exclusiva no SNS, com a majoração de 50 % na remuneração-base e também do tempo de serviço. Veremos quem acompanha o PCP para adotar soluções que permitem, de facto, a fixação de profissionais de saúde no SNS e quem quer, de facto, salvar o SNS.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto e 18 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Hoje assinalamos o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. Este é um flagelo que atinge muitas meninas e mulheres, não apenas em Portugal, mas em vários pontos do mundo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, o PAN deu entrada de uma iniciativa, e gostaríamos de saber se está disponível ou não para a acompanhar.

O PAN pretende que seja criado um primeiro centro que ofereça uma resposta reconstrutiva através de cirurgia, mas também de apoio ginecológico, urológico e psicológico, um centro que seja destinado, pela primeira vez, a um tratamento mais holístico e transversal às várias dimensões deste flagelo.

Parece-nos que é da maior relevância que haja, de facto, um espaço destes no nosso país e, por isso, perguntamos se está disponível para nos acompanhar.

Por outro lado, outras das dimensões do SNS é a medicina dentária, e falamos deste tema porque uma em cada quatro pessoas não tem dinheiro para usufruir de consultas nesta dimensão das suas vidas, o que demonstra a urgência em termos gabinetes de saúde oral no SNS.

Para dar resposta a esta necessidade, vamos trazer amanhã a Plenário o tema da criação da carreira de médico dentista nas entidades públicas empresariais integradas no SNS, e gostaríamos também de perceber se está ou não disponível para nos acompanhar. Porque, Sr.<sup>a</sup> Ministra, mais do que discursos inflamados como os que ouvimos aqui hoje, de todas as partes — e fazemos também o nosso *mea culpa* —, precisamos de respostas no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 4 minutos e 44 segundos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ninguém compreende verdadeiramente esta lógica de «muda-se o Governo, mudam-se as administrações dos hospitais e das ULS». Saem as que foram nomeadas pelo PS e entram as que foram nomeadas pelo PSD, e esta lógica não contribui em nada para dignificar a gestão pública.

Certamente que há pessoas comprometidas com o SNS e com o serviço público no PSD, no PS, no Bloco de Esquerda, no PCP, no Livre, até na Iniciativa Liberal,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Há?!

*Protestos de Deputados da IL e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... mas não é certamente esta a melhor forma de dignificar a nomeação destas administrações.

Já aqui lhe foi dito: durante este debate, a administração da ULS Amadora-Sintra apresentou a sua demissão, dizendo que não querem ser um obstáculo às medidas e às políticas necessárias que a Sr.<sup>a</sup> Ministra terá de implementar. Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, gostaria de lhe dizer, de uma forma muito direta, que as administrações das ULS e dos hospitais não devem ser comissárias políticas do Governo. Não devem, não têm de concordar com tudo o que o Governo manda e diz!

*Protestos da Deputados do PSD Isabel Fernandes.*

Têm de seguir instruções, seguem uma hierarquia, mas podem discordar, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Por isso, gostaria de lhe perguntar se está disponível para olharmos para as regras de nomeação destas administrações, Sr.<sup>a</sup> Ministra, para garantirmos a qualidade das administrações e também a participação dos profissionais de saúde, que também devem participar porque são estas as suas lideranças.

Por outro lado, não podemos falar de degradação do acesso à saúde sem falar da situação da Margem Sul e da península de Setúbal, uma situação que é crítica, especialmente na saúde materno-infantil. Já foram referidos aqui os dados: em 2023, os dados da mortalidade infantil no Barreiro, no Montijo e na Moita registaram taxas que são o dobro da taxa nacional — 6,1 óbitos por 1000 nascimentos no Barreiro e no Montijo, e 5,2 na Moita, o que supera em muito a média nacional —, e a própria península de Setúbal atingiu 3,7 casos por 1000 nascimentos, superando a média europeia.

É verdade que estes dados são de 2023, mas num momento em que temos constrangimentos nas urgências, em especial nas urgências do Barreiro, qual é a decisão que o Governo toma? Decide encerrar as urgências do Barreiro e enviar essas grávidas para Almada!

Sr.<sup>a</sup> Ministra, um hospital que foi planeado e pensado para servir 200 000 pessoas e que está a servir 350 000 não vai conseguir dar resposta,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... isso só vai continuar a prejudicar as grávidas...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Claro!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... e a pôr em risco a sua saúde e a saúde dos seus filhos.

Por outro lado, também gostava de lhe perguntar sobre o Hospital do Seixal. A Sr.<sup>a</sup> Ministra, na sua intervenção inicial, disse-nos que era a ministra que iria tirar do papel uma série de investimentos que estão programados há anos, mas não referiu o Hospital do Seixal, Sr.<sup>a</sup> Ministra,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Desculpe! Está no encerramento.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... cuja população está à espera há mais de 15 anos.

Penso que foi hoje entregue no Parlamento uma petição com mais de 15 000 assinaturas e o presidente da câmara do Seixal alertou para a possibilidade de se perderem fundos do PRR para os equipamentos deste hospital. E recordamos que a proposta inicial do Orçamento do Estado recuava relativamente àquilo que já estava prometido do anterior.

Há grupos parlamentares que têm falado dos hospitais privados que abrem, mas se estamos 15 anos à espera para abrir o Hospital do Seixal é claro que os privados vão aproveitar. É claro que os privados vão tentar fazer os investimentos que o Estado não consegue fazer! Por isso mesmo é que temos de garantir continuidade nas promessas que se fazem às pessoas, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Portanto, se possível — já não tem tempo, mas posso ceder-lhe os 30 segundos que me restam —, gostaria que nos explicasse, relativamente às urgências do Barreiro e ao Hospital do Seixal, se o Governo se compromete ou não com a sua construção e em lançar o concurso este ano.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do PSD, que dispõe de 6 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, nas últimas semanas, temos ouvido a líder do vosso partido, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, lançar falsas suspeitas, ataques de caráter, ataques pessoais às pessoas que servem todos os dias o nosso Serviço Nacional de Saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Não é verdade!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Têm acusado várias entidades e personalidades de promiscuidade, de serem perversas na forma como gerem os recursos humanos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Não, isso é o Chega!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Temos ouvido tudo isto, nas últimas semanas, de uma forma contemporânea com uma declaração da vossa líder que me marcou, noutra contexto — que eu tirei do contexto, para a voltar a colocar. Disse a líder do Bloco de Esquerda, a certa altura: «Cometemos erros que lamentamos e que hoje teríamos evitado.»

*Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Isto foi dito num contexto que não vou trazer ao debate,...

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

... mas assim que ouvi esta declaração pensei que esta frase poderia perfeitamente ser colocada num debate sobre saúde,...

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

... e, mais do que isso, poderia ser até colocada no título de um qualquer livro de história do Bloco de Esquerda.

É esta a pergunta que tenho para o Bloco de Esquerda,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É à Ministra!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... se lamentam e se teriam hoje evitado o erro de 2015, de terem viabilizado um Governo do Partido Socialista...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... que implementou reformas e alterações na saúde que hoje criticam. É um erro que hoje teriam evitado? É a pergunta que deixo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — A Ministra acabou de admitir que é uma má ministra!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Teriam evitado esse erro de viabilizarem um Governo do Partido Socialista que começou um trajeto que hoje se conclui em muito do caos que temos no SNS, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Está confuso! Está a falar de quê?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Porque esse Governo que os senhores suportaram foi o mesmo, liderado por António Costa,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Está no Conselho Europeu!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... que disse, em 2017: «Todos os portugueses terão médico de família.» E eu pergunto: isto não é uma falsa expectativa? Isto não é elevar a fasquia, aumentar uma expectativa que foi cabalmente negada no decorrer do mandato?

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, hoje, teriam evitado esse erro de viabilizarem um Governo que passou de ter 1 milhão de portugueses sem médico de família para ter 1,7 milhões de portugueses?

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Um Governo que foi viabilizado pelo Bloco de Esquerda e que esteve na origem do caos de hoje, janeiro de 2025, nas urgências.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Viabilizado e desviabilizado!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Porque se os portugueses tivessem médico de família não teriam de recorrer todos os dias aos serviços de urgência dos hospitais do nosso País.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Quem é que viabilizou o vosso?



O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Portanto, a pergunta que deixava ao Bloco de Esquerda é: hoje, também teriam evitado o erro de obrigar o Partido Socialista a extinguir as parcerias público-privadas...

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

*Aplausos do PSD.*

... em hospitais onde não existiam problemas nas urgências, mas onde hoje existem?

Por isso, foi alguma estupefação que ouvi essa frase, que ficará nos anais da história: «Cometemos erros que lamentamos e que hoje teríamos evitado». Poderia ser o título do livro da história do Bloco de Esquerda.

Mas, mais do que isso, queria fazer de advogado dos militantes do Bloco de Esquerda, de defendê-los dos seus dirigentes e dos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda.

*Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Deixem-me que vos diga que tenho a certeza de que existem militantes do Bloco de Esquerda altamente capazes, do ponto de vista técnico, do ponto de vista profissional, e que deverão também exercer funções públicas.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Deixe lá essa bancada, Sr. Deputado!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Dirigentes de hospitais, de centros de saúde... Porque não? Não há problema algum!

Por isso, enquanto Deputado da Nação e representante de todos os portugueses, queria também defender os militantes do Bloco de Esquerda.

Não façam essas falsas suspeitas, não inventem conflitos de interesses.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Isso!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Percebam que, de facto, temos de ter os melhores à frente das instituições,...

**Vozes do PSD:** — Verdade!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... sejam do Bloco de Esquerda, sejam do Chega, sejam de qualquer outro partido.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Porque é que só nomeiam do PSD?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Por isso, gostava de finalizar com esta nota de que o Bloco de Esquerda está a tentar passar a ideia de que o PSD quer colocar todo o partido no SNS,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Está no grupo de teatro da ministra?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... mas esquece-se de que, na verdade, foram o PS e o Bloco de Esquerda que deixaram o SNS todo partido.

*Aplausos do PSD e do CDS-PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, se calhar era melhor deixar a RTP Memória, concentrar-se nas notícias da atualidade e enfrentar os problemas que temos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Verdade!

*Protestos de Deputados do PSD e da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Deixo também outra nota, muito simples: rigorosamente nada disto que estamos aqui a discutir é pessoal, é tudo político.

É sobre política que lhe quero falar, de uma matéria que é da responsabilidade exclusiva do PSD e do CDS, que são os centros de atendimento clínico que o Governo usa como um veículo de transferência de dinheiro do SNS para o setor privado.

Vimos há pouco tempo os resultados do relatório da Fundação para a Saúde, que falava do CAC (centro de atendimento clínico) Norte, que contratou 80 profissionais — entre eles médicos, enfermeiros, auxiliares e outros —, ressalvando-se que os clínicos contratados, todos de medicina geral e familiar, trabalham na urgência de alguns hospitais, em centros de saúde e outros hospitais privados.

As consequências a médio prazo, segundo este relatório, são as de haver um maior número de doentes a deslocarem-se à urgência sem necessidade e mais utentes sem médico de família. Ou seja, tudo ao contrário do que dizem ser os objetivos e os propósitos da política do PSD.

Além disso, o custo dos CAC é de 45 € por utente, o que dá uma média de 200 €/hora em consultas de 12 a 15 minutos. Não faria mais sentido investir estes recursos nos cuidados primários em vez de numa extensão hospitalar? Não faria mais sentido investir no Serviço Nacional de Saúde?

É porque, Sr. Deputado, o valor para cada hora extraordinária hospitalar que abrange os CAC, como sabemos, é superior ao valor praticado no Serviço Nacional de Saúde. Ou seja, o que temos agora é que um mesmo médico de família recebe mais se for cumprir horas extra a um CAC do que se fizer essas horas no Serviço Nacional de Saúde.

Portanto, as conclusões são muito simples: o plano do Governo tem como consequência incentivar a saída dos trabalhadores do SNS e, em segundo lugar, promover a deslocação de trabalhadores dos centros de saúde para as respostas de tipo urgência. Ambos só agravam os problemas existentes, não resolvem nenhum! É o contrário do que têm estado aqui a dizer, Sr. Deputado.

*Aplausos do BE e da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, há pouco falávamos sobre quem mandava, e quem manda é o povo. O povo, nas eleições, decide atribuir a força política a diferentes partidos...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

**Vozes do BE**: — Não podes responder à pergunta?!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... para condicionarem, mais ou menos, a capacidade de o Governo governar.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — É uma pergunta específica!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Os senhores tiveram uma oportunidade histórica — sim, não é RTP Memória, é histórico! —, em 2015, de condicionar a atuação do Governo para dizerem assim: «Srs. Membros do Governo do Partido Socialista, ou gerem desta forma o Serviço Nacional de Saúde ou nós tiramos o tapete e o Governo cai, porque o Bloco de Esquerda não apoia mais este Governo.»

Não o fizeram!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Deputado, e os CAC?!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Acompanharam! Sublinharam a gestão danosa que existiu no Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Responda à pergunta!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não quer falar do Eurico Castro Alves?! Responda à pergunta!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Portanto, não vale a pena! Em cada dia que o Bloco de Esquerda pedir um debate, em cada dia que o Bloco de Esquerda chamar a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, nós, o PS, estaremos aqui nesses mesmos dias para contrariar a narrativa do setor privado.

Os senhores estiveram quatro anos a suportar este Governo, seguiram-se mais quatro anos de governação socialista...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É quatro ou oito?!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — ... e mais de metade do Orçamento do Estado foi para o setor privado.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Quatro ou oito?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então, quatro ou oito?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É muito simples: errar é humano, repetir o erro é loucura.

*Protestos do BE.*

Os portugueses e os doentes estão fartos das loucuras do Bloco de Esquerda.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Este Governo não se suporta sozinho!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Assistimos, neste debate, em particular por parte do Bloco de Esquerda e do PCP, a um ataque às USF modelo — não é «tipo», é «modelo» — C.

Dado que isso é um legado do Partido Socialista, do ex-Ministro da Saúde Correia de Campos — um bom legado de 2009, quando foi assinado o despacho —, e o Partido Socialista foi incapaz de defender o legado de um ex-ministro seu, fazemo-lo nós! Defendemos nós, Iniciativa Liberal, o legado do ex-Ministro da Saúde Correia de Campos, que criou as USF modelo C,...

*Protestos das Deputadas do PS Sofia Andrade e Susana Correia.*

... como criou, já agora, as parcerias público-privadas.

Sobre isso é importante clarificar o seguinte: as USF modelo C, ao contrário do que aqui foi dito, não são privatização nenhuma.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se não fossem vocês não gostaríamos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São, por exemplo, pegar num conjunto de médicos e fazer uma cooperativa — uma cooperativa, Sr. Deputado! —, fazer uma cooperativa de médicos que não estavam no SNS e que vão agora prestar serviço público aos portugueses, prestar cuidados de saúde no âmbito do SNS, com acesso universal e gratuito.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é uma cooperativa comunista!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou, então, ter uma Misericórdia, ter o setor social, ter o setor que não é lucrativo, sem fins lucrativos, precisamente a agregar-se e a prestar serviço público aos portugueses. Isto é o modelo USF.

*Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

Exatamente da mesma maneira que as PPP não são privatização nenhuma, são uma concessão. Uma concessão que depois pode ser revertida,...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Por quem?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... como aliás aconteceu, graças à influência do PCP e do Bloco de Esquerda, para prejuízo de todos nós, de todos os portugueses e, sobretudo, dos portugueses que eram servidos em Loures, ou em Braga, ou no Amadora-Sintra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vejam agora o bonito resultado e a bonita situação em que estão esses hospitais.

*Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não estão pior do que em Cascais!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O debate de hoje tem, naturalmente — e tinha, à partida —, importância, e é um debate que tem também um contexto relevante.

Não se ignora, em primeiro lugar, que a saúde é, na esmagadora maioria dos inquéritos públicos que são feitos, a principal preocupação dos portugueses. É-o hoje, como era no passado. Não se ignora também, e

isso, sim, já é uma diferença em relação ao passado, que há um Governo e uma maioria que o suporta que reconhecem que há vários problemas da política pública de saúde em Portugal que não estão resolvidos. Isso é, desde logo, uma grande diferença.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se fizéssemos este debate há um ano, quando ainda estava no poder o Partido Socialista, certamente teríamos um Governo que viria aqui rebater cada uma das críticas, dizendo que tudo estava perfeito. Apesar de terem passado oito anos de o Primeiro-Ministro ter dito que se comprometia a que todos os portugueses tivessem médico de família...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — E vocês fizeram o quê?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e de haver nessa altura, há um ano, menos portugueses com médico de família do que havia oito anos antes, quando assumiu funções, diriam que isso não era problema nenhum, que estava tudo resolvido. Diriam também que haver, já nessa altura, situações relativamente à obstetrícia, relativamente às grávidas que se dirigiam aos hospitais, relativamente às urgências, eram, provavelmente, tudo erros de perceção. Mas não o eram na altura, nem são agora!

O que mudou foi passar a existir um Governo que, relativamente aos problemas, tem uma primeira atitude, que é responsável, de reconhecê-los e reconhecer a sua existência, e, em segundo lugar, de procurar uma estratégia para os resolver.

Quando se procura resolver problemas, principalmente problemas que se arrastam há muito tempo e que são muito complexos, os Srs. Deputados não tenham dúvida de uma coisa: algumas das soluções vão resultar imediatamente, outras soluções vão demorar algum tempo a resultar e, sim, haverá soluções que se vão revelar inadequadas para aquele problema. Mas a diferença é conseguir olhar para isto tudo, assumi-lo e agir em conformidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É perceber que aquilo que já está resolvido ainda poderá, provavelmente, melhorar; que aquilo que demora mais tempo poderá precisar de mais alguma medida para que se resolva adequadamente; e que as soluções que se revelaram inadequadas precisam de ser substituídas por outras que sejam melhores.

Nesse sentido, era de esperar neste debate que, das oposições, viesse algum contributo para este último grupo, relativamente àquelas questões que ainda não estão resolvidas e onde há mais dificuldade. Chegados ao fim — esta será uma das últimas intervenções —, o que vemos é que houve mais uma proclamação ideológica por parte de toda a esquerda sem qualquer conteúdo útil.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem em relação àqueles problemas que resultam exatamente do complexo ideológico de ter tido sempre na boca o Serviço Nacional de Saúde, de ter tido, em muitas decisões, essa obsessão ideológica — por exemplo, extinguindo PPP que apresentavam bons resultados para as substituir por piores resultados e pior serviço aos utentes —, nem nisso os senhores atualizaram o discurso.

Portanto, aquilo que temos de concluir é que, efetivamente, para os dois grandes problemas do SNS, a oposição terá pouco a dizer, mas este Governo ainda tem muito a fazer e quer fazê-lo a favor dos portugueses. E quais são esses dois grandes problemas? Primeiro: substituir a preocupação da prestação do serviço pela da defesa de quem precisa do serviço, a defesa do utente, do cidadão, daquele que recorre aos serviços de saúde porque precisa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É aí que tem de estar o centro da política pública, e não na definição do tipo, da natureza, do que seja, de quem dirige o organismo que presta o serviço.

Por outro lado: perceber que é verdade que os orçamentos da saúde foram aumentando — o problema não é esse! —, mas que com o aumento do orçamento não melhorou a eficiência da prestação...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Porque aumentaram as transferências para os privados.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Neste debate ficou, com alguma clareza, aquilo que o Bloco de Esquerda nos quis trazer aqui, um debate sobre reestruturar o Serviço Nacional de Saúde.

Nós gostaríamos de saber como é que seria um Serviço Nacional de Saúde gerido pelo Bloco de Esquerda. Era algo, certamente, de ver, porque além de grávidas despedidas, provavelmente, à primeira hora, teríamos um Serviço Nacional de Saúde que não funcionava, que não tinha capacidade de reação e que deixava ainda mais sem médico de família.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda mais!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Diz o Bloco: «Afastámo-nos do Governo do Partido Socialista.» — e, de facto, falar de saúde é não ter vergonha alguma.

Mas quando o Bloco deixou o apoio ao Partido Socialista estávamos no final de 2020, em 2021. Pois foi nesse ano, em 2021, que o maior número de sempre de portugueses sem médico de família atingiu o seu auge: atingiu-se, então, 1 milhão de pessoas sem médico de família. Quem apoiava o Governo? O Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um número de cirurgias sem paralelo que estavam por fazer! Quem apoiava o Governo? O Bloco de Esquerda.

Um número nunca visto de médicos que se diziam descontentes com o Serviço Nacional de Saúde! Quem apoiava o Governo? O Bloco de Esquerda, o PCP e o PAN.

Quando chegamos aqui perguntamos «então, qual é o outro modelo que o Bloco traz para o Serviço Nacional de Saúde?», e é claro: mais dinheiro em cima do Serviço Nacional de Saúde, mais cobrança de impostos e nem um pinga a mais de eficácia.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, o Bloco de Esquerda pode falar de muita coisa nesta Assembleia da República, de saúde não pode,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso decido eu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque os senhores são cúmplices da destruição da saúde, que o PS, o PCP e o Livre levaram a cabo na Assembleia da República.

*Aplausos do CH.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, perguntei-lhe há pouco sobre as listas de espera. Digo-lhe isto porque o Sr. Primeiro-Ministro já nos deu tantos números diferentes sobre estas listas de espera e era importante perceber porque é que o próprio Governo continua a insistir que estão resolvidos os casos de listas de espera, porque não estão! Há milhares, milhares à espera. E não vale fazer agendamentos, porque fazer agendamentos que não se vão concretizar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... é o mesmo que, na verdade, estar a passar uma caneta branca em cima dos problemas das pessoas.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, com toda a franqueza, nós não queremos agendamentos, queremos cirurgias feitas, atos médicos feitos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e a conclusão daquilo que o SNS deve fazer: tratar as pessoas.

*Aplausos do CH.*

Pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Ministra: pode-nos garantir que estas cirurgias, que já ultrapassaram o tempo máximo de resposta previsto na lei, vão estar resolvidas durante este ano? Vamos conseguir ter, dentro do tempo máximo, a grande maioria das especialidades e dar esta resposta à nossa população? Podemos ou não podemos?

Quanto ao INEM, a Sr.<sup>a</sup> Ministra não pode dizer que o que tem acontecido no INEM não é a sua responsabilidade também, responsabilidade do Governo, porque é. Falhou em Pombal, falhou em Ancião, falhou em tantos sítios onde hoje estamos a olhar para mortes, para pessoas que perderam a vida.

É verdade que o PS nos deixou o INEM sem funcionar, mas estas pessoas morreram. As famílias, se aqui estivessem, não queriam saber se é da sua responsabilidade, se é do Deputado Pedro Nuno Santos, se é do Chega! Querem é a sua garantia disto: o que aconteceu no INEM não pode voltar a acontecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, gostava de ouvir da sua boca isto: «Da parte do Governo, damos a garantia de que ninguém — ninguém, mesmo! — que precise de apoio urgente, em Portugal, ficará sem este apoio.» Era isto que queríamos ouvir, é isto que esperamos ouvir do Governo, nesta tarde.

*Aplausos do CH.*

Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é difícil não concluir que o Serviço Nacional de Saúde está num certo caco, porque à hora a que está aqui sentada demitiu-se o Conselho de Administração do Hospital Amadora-Sintra. Portanto, parece que cada vez que a Sr.<sup>a</sup> Ministra entra neste Parlamento demite-se mais um conselho de administração de um hospital.

*Risos de Deputados do CH.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

É o que parece! Vem aqui dizer «está tudo bem, está tudo a funcionar bem», mas demite-se sempre mais um. Como não acredito que eles o façam por a Sr.<sup>a</sup> Ministra estar aqui — não quero acreditar que seja isso! —

, ao menos dê-nos uma razão de porque é que as negociações não estão a funcionar e de porque é que a cada dia temos notícias... Olhamos para o topo do nosso telemóvel e vemos: «Última hora:...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Dirigente do Chega acusado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... demitiu-se o diretor da urgência do hospital A», «demitiu-se o conselho de administração». É que poderia ser porque estavam a fazer a limpeza de que o Estado precisava, mas não, é mesmo por ineficácia política, e é isso que não pode acontecer no nosso sistema de saúde.

Por isso, gostava que nos dissesse, sobre as demissões que ocorreram hoje e as que tivemos na última semana, o que é que o Governo está a fazer para, em tempo certo, sobretudo nas grandes metrópoles do País — e continuamos no inverno! —, garantir que estas demissões não se transformam num sistema de saúde que não tem funcionado. Porque, Sr.<sup>a</sup> Ministra, para desastre na saúde já tínhamos o PS, não precisamos do PSD.

*Aplausos do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Susana Correia, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Mesa informa que o Partido Socialista beneficiou de uma cedência de tempo, de 22 segundos, por parte do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Neste debate é de sublinhar o entusiasmo da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde ao falar do Serviço Nacional de Saúde e a aprovação, por aclamação da bancada do PSD — salvem a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde!

**Vozes do PSD:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, enquanto decorre este debate, lá fora, o Sr. Ministro da Presidência, Leitão Amaro, também tenta salvar a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, dizendo que tem um trabalho hercúleo em salvar o SNS,...

*Protestos do Deputado do PSD Francisco Sousa Vieira.*

... e demitiu-se mais um conselho de administração, o da ULS de Amadora-Sintra.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, não tenho tempo para lhe falar das inaugurações que a Sr.<sup>a</sup> Ministra anda a fazer — que nos satisfazem porque são obra iniciada com o Partido Socialista—, mas gostava de dizer que é para nós motivo de satisfação a passagem da Sr.<sup>a</sup> Ministra em Portalegre, em Gondomar, em Campo Maior, em Elvas, no Hospital de Oliveira de Azeméis, na cirurgia ambulatória do IPO do Porto.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E foi em 10 meses! Em 10 meses fizeram muita obra!...

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — É motivo de satisfação porque é o investimento do Partido Socialista num serviço de saúde público, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Um serviço de saúde público!

*Aplausos do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra, ficámos muito orgulhosos porque estas inaugurações são resultado do trabalho do Partido Socialista, e queremos agradecer muito aos profissionais de saúde e aos conselhos de administração que ajudaram a obter estes resultados. Estamos muito gratos a todos os que deram o seu trabalho ao serviço do Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do PS.*



Sr.<sup>a</sup> Ministra, vou-lhe dizer qual é a nossa maior preocupação: é a de a Sr.<sup>a</sup> Ministra, com a ação deste Governo, comprometer o futuro do Serviço Nacional de Saúde enquanto serviço público para todos os cidadãos.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Srs. Deputados: Se há tema que a Iniciativa Liberal tem vindo a criticar é o do encerramento rotativo das maternidades, de fazerem as grávidas e as famílias, num momento de tal especial sensibilidade, andarem sem saber onde é que vão quando chegar o fim da gravidez, onde é que vão os filhos nascer.

No caso particular da península de Setúbal, e isso já foi aqui perguntado, gostava que a Sr.<sup>a</sup> Ministra explicasse de uma vez por todas qual é o plano. Concordo consigo, concordo com as suas declarações, porque é inaceitável que a península de Setúbal tenha as três urgências fechadas ao mesmo tempo, e isso aconteceu várias vezes durante o Governo do Partido Socialista. Por muito que digam que não, qualquer pessoa que viva na península de Setúbal sabe que isso acontecia, obviamente, porque quando as pessoas não conseguem dirigir-se a uma urgência através de uma ambulância a urgência está fechada, e não vale a pena estarmos aqui com meias medidas.

Portanto, aquilo que lhe quero perguntar — gostava que a Sr.<sup>a</sup> Ministra assumisse e que não fizesse o mesmo que os seus antecessores faziam, que era não ter posições concretas sobre o que se planeia fazer —, para perceber, é: qual é a ideia para a península de Setúbal? Vamos ter, finalmente, uma ou duas urgências sempre a funcionar, para que estas famílias consigam saber que vão ter a sua gravidez acompanhada naquele hospital específico e vão conseguir ter os seus filhos sem terem de andar à mercê da urgência que vai estar aberta?

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Vale a pena dar aqui uma palavra, ainda que curta, porque o tempo já está a passar, daquilo que já fez o Governo da Aliança Democrática na área da saúde.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Vale a pena lembrar que no Plano de Emergência e Transformação da Saúde temos 80 % de execução das medidas urgentes e prioritárias, ou seja até ao fim do ano de 2024.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — E lembro, mais uma vez, que este plano é até ao fim de 2025.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Vale a pena dizer que há mais de 200 000 cidadãos com médico de família atribuído;...

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... que há uma redução de 20 % nos tempos médios de espera nos serviços de urgência; que o alargamento da linha Ligue Antes, Salve Vidas permitiu evitar que 340 000 pessoas tivessem de ir ao serviço de urgência.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Vale a pena lembrar que a linha SNS Grávida evitou que 25 000 grávidas tivessem de ir ao serviço de urgência sem necessidade.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Mas também vale a pena lembrar, a propósito da intervenção do Sr. Deputado André Ventura, que em janeiro de 2024 tínhamos 1568 doentes oncológicos fora do tempo máximo de resposta garantido por agendar, mas em janeiro de 2025 temos 361 doentes, ou seja...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não regista mais inscrições, e os tempos remanescentes também são muito residuais. Portanto, passamos ao encerramento do debate, tendo a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: «Morreram ali [num concelho do interior do país] 150 pessoas, das quais 86,6 % sem qualquer assistência médica [...] A percentagem de portugueses que morre sem assistência médica é extremamente elevada em muitas áreas rurais», lia-se no Relatório das Carreiras Médicas de 1961, várias vezes aqui trazido.

O Serviço Nacional de Saúde, que foi criado apesar dos votos contra da direita, transformou o relato que acabo de ler numa realidade distante.

Ainda bem que assim é.

O Serviço Nacional de Saúde trouxe segurança, previsibilidade, democracia ao País. Devemos ao SNS termos melhores indicadores de saúde do que a principal potência económica do mundo, os Estados Unidos da América.

O SNS revela mesmo o melhor da nossa sociedade. De todos para todos, de todas para todas, lutamos com o SNS por todas as vidas. Não se pergunta pelo seguro de saúde à porta da urgência.

É por isso que nunca aceitaremos que se excluam imigrantes do SNS ou que se apaguem emigrantes residentes no estrangeiro das listas dos centros de saúde. O ataque à universalidade começa sempre pelo mínimo denominador comum, pelos mais frágeis ou pelos aparentemente mais longínquos, para gradualmente se alargar ao resto da população.

Nós não nos esquecemos de como foi incómodo para a direita quando acabámos com as taxas moderadoras, porque a direita conviveu sempre mal com a universalidade da prestação dos cuidados de saúde, com o Serviço Nacional de Saúde, porque ele contrai o negócio da saúde.

Sim, em Portugal a democracia fundou-se com um consenso, uma ideia forte: a prestação de cuidados de saúde não deve estar sujeita a relações «mercadorizadas».

*Protestos do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Não importa o escalão do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), toda a gente deve ter acesso aos cuidados de saúde de que precisa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do PS, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, que cumprimento: nós não confundimos as intenções do Partido Socialista com as da direita, mas não podemos deixar de recordar como

teria sido importante, em 2022, que a bancada do Partido Socialista tivesse entendido que era necessário valorizar carreiras, fazer contratações, fixar os médicos e investir o que era necessário para salvar o Serviço Nacional de Saúde.

*Protestos do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Foi um braço de ferro necessário, pelo qual pagamos, mas do qual nos orgulhamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O SNS revela o melhor de nós enquanto sociedade, e faremos todos os combates para o salvar.

Queremos saudar democraticamente as aproximações do Partido Socialista, o facto de reconhecerem, hoje, que as USF de tipo C não fazem falta, que é preciso investir, que o SNS faz falta ao País. Temos de fixar os médicos, temos de ir mais longe nas suas carreiras, temos de contratar mais profissionais.

O SNS não se confrontaria com muitos dos problemas com que hoje se confronta se, em 2022, os tivéssemos começado a resolver de forma séria. Não confundimos, no entanto, as nossas divergências com o que a direita, o PSD, prepara e está a pôr em curso.

O PSD prometeu, na campanha eleitoral, apresentar um programa de emergência para o SNS, e vamos metê-lo várias vezes à sujeição de um exame.

*Protestos do Deputado do PSD Francisco Sousa Vieira.*

Mas o que fez, na verdade, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, foi pôr em marcha uma OPA (oferta pública de aquisição) ao SNS,...

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... uma operação de ocupação, de privatização e de ausência de competência na gestão da saúde dos portugueses.

Onde se exigia competência, concursos públicos, há ocupação, há nomeação de militantes partidários, há incompatibilidade. Nós precisamos, à frente do SNS, de quem tem currículo na gestão pública, não de quem tem currículo no partido.

Aumentaram as transferências para o privado em vez de se garantir o investimento estrutural que faz falta no SNS.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Tem a certeza?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Há concursos falhados, há mapas de pessoal por preencher porque os concursos, como a própria Ministra reconheceu, falharam, foram mal lançados.

Faltam incentivos para a fixação de profissionais de saúde. Há conflito onde devia haver negociação, e nós sabemos que é propositado.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Porque se houver profissionais no SNS, eles não fogem para o privado. Se houver dedicação exclusiva, se houver carreira, se houver valorização, se houver tempo para viver, os profissionais de saúde ficam no SNS.

Há ausência de competência nesta OPA, há urgências encerradas, há planos de verão que não funcionam, como já disse, de forma bastante feliz, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires. No verão falham os planos porque está calor, no inverno porque está frio — e quando não é o calor nem o frio é o *Excel*.

Mas nós sabemos que é incompetência combinada com vontade de desconstruir o SNS. O caos é autoinduzido. Foi assim no INEM e é assim nas demissões sucessivas.

Por isso, hoje perguntamos de forma honesta às bancadas do Governo: conseguem dizer que o SNS está melhor, que o acesso à saúde está melhor, quando todo o País reconhece que não está?

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — Está!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E deixamos aqui uma garantia: nós nunca desistiremos de lutar pelo SNS, porque o SNS é uma condição necessária daquilo que é a nossa democracia. De todos para todos, de todas para todas, lutaremos sempre pelo SNS.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para encerrar o debate por parte do Governo, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde** (Ana Povo): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Falamos muito da instabilidade por nós criada, mas, então, vamos lembrar o seguinte: em agosto de 2022, a então Ministra da Saúde, Dr.<sup>a</sup> Marta Temido, apresenta o novo estatuto do SNS. Nesse estatuto aparece a criação de uma direção executiva. Essa direção executiva, criada em setembro de 2022, demorou mais de um ano — mais de um ano! —...

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — ... a ter os seus estatutos aprovados, em outubro de 2023.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mesmo assim, fazia mais do que a atual!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Como já foi anunciado por este Governo, iremos rever e visitar os estatutos da Direção Executiva. E porquê? Porque se criam entidades que geram instabilidade e conflitos com outras entidades do SNS.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Mas vamos relembrar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, de 14 de dezembro, em que se previa uma reestruturação das administrações regionais de saúde, implicando a aprovação do decreto-lei das mesmas.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Foi em 2022. Mas quando é que foi feito o decreto-lei de extinção das ARS (administrações regionais de saúde)? Em 2024. Portanto, eu gostava de perguntar se não criou instabilidade — dois anos, dois anos! — aos profissionais das extintas ARS?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não quer falar do seu trabalho? É assim tão mau o seu trabalho?!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Mas vamos seguir com o Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, o mesmo dia em que o anterior Governo se demite. Este decreto-lei aprova, por decreto, sem discussão na Assembleia da República, a grande transformação do País em 39 ULS.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — E eu agora gostaria de questionar o seguinte: não estava previsto...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Assuma as suas responsabilidades!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Srs. Deputados, eu vou questionar, mas eu sei a resposta.

*Risos do PS.*

Não estava previsto que isto não fosse assim, com as 39 unidades? Não terá havido um documento chumbado no anterior Ministério das Finanças? Esta transformação é necessária porque, com a extinção das ARS, não havia onde colocar as direções dos cuidados de saúde primários.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Isso. Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Portanto, acusam-nos a nós de não olhar para os cuidados de saúde primários?

**Vozes do PS**: — Sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Por favor!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas vamos mais longe, vamos falar da partidização do Serviço Nacional de Saúde. O Estatuto do Gestor Público prevê que entre a demissão de um Governo e a investidura de um novo Governo não podem ser designados gestores públicos. Então, a lei do Orçamento do Estado de 2024 veio prever — só para esse ano, vejam lá! — que a designação dos órgãos de gestão das ditas unidades de saúde passava a ser não da competência do Governo, mas da Direção Executiva.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Porque é que não mexeram nos Estatutos da Direção Executiva e previram isto para sempre?

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Não têm resposta!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Não, fizeram-no numa exceção na lei do Orçamento do Estado.

*Protestos do PS.*

Eu sei que custa, mas 2024 trouxe-nos mais cirurgias, mais consultas, mais utentes com médico de família, mais medicamentos inovadores, mais acesso a rastreios e alargamento de rastreios, mais ensaios clínicos.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Vamos focar-nos agora num assunto tão, tão, tão falado — o inverno.

A 12 de julho de 2024,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não era inverno!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — ... foi criado um suplemento remuneratório para pagamento de horas extras dos médicos. Foi este suplemento que evitou uma nova greve e escusa às horas extras. É preciso lembrar isso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Foi também criada a campanha da vacinação sazonal. Este ano, alargámos as vacinas da dose reforçada aos utentes com mais de 85 anos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — E isto fez com que, este ano, o excesso de mortalidade seja três vezes inferior ao registado em período homólogo do ano passado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Três vezes, três vezes inferior!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Três vezes! Menos mortes, menos mortes!

*Protestos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — A vacina do vírus sincicial respiratório, que podia ter sido decidida no anterior Governo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Não foi!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — ... foi por nós decidida e foi feito o investimento.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Este ano, temos menos 27 % de internamentos de crianças em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Saúde**: — Menos, menos!

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária de Estado da Saúde**: — Mas, para terminar, vamos ao tempo das urgências: para doentes com pulseira amarela, menos 24 %. Para doentes laranja, menos 38 %.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Dez horas!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Encerrámos, assim, o nosso debate e cumprimentamos os membros do Governo que estiveram presentes nesta interpelação.

Vou agora passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira, para fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, passo a informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, os Projetos de Lei

---

n.ºs [495/XVI/1.ª](#) (PCP), [502/XVI/1.ª](#) (PAN), [503/XVI/1.ª](#) (PSD), [504/XVI/1.ª](#) (PSD), [505/XVI/1.ª](#) (PSD), [506/XVI/1.ª](#) (PSD) e [507/XVI/1.ª](#) (PSD).

É tudo, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — A nossa próxima sessão plenária é amanhã, às 10 horas, e será ocupada pela fixação da ordem do dia, requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre o tema «Pela aproximação das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo».

Boa tarde, Sr.ªs e Srs. Deputados. Até amanhã.

Está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 47 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.